7 893614 010014

QUINTA-FEIRA
20 de março de 2025
Ano 52, Nº 16.990
www.jornaldebrasilia.com.br
Assinaturas: 0800-612221

R$ 1



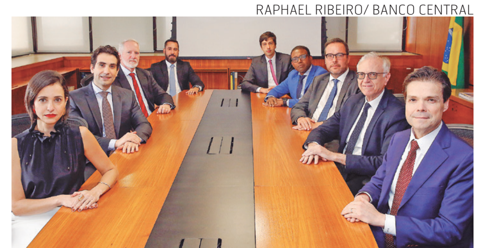
Jornal de Brasília

PARA CONTER A INFLAÇÃO

Juro sobe pela 5ª vez seguida

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (*foto*) aumentou a Selic em um ponto percentual, de 13,25% para 14,25% ao ano, colocando a taxa básica no mesmo patamar registrado na crise econômica deflagrada no governo de Dilma Rousseff, que sofreu impeachment ›13

RAPHAEL RIBEIRO/ BANCO CENTRAL



EVARISTO SA / AFP



Mané lotado para ver a seleção

Elenco entra em campo hoje e enfrenta a Colômbia pelas Eliminatórias da Copa do Mundo. Com ingressos esgotados, a expectativa é que 70 mil pessoas compareçam ao estádio para prestigiar os jogadores ›14

Mais de 300 mil adoecidos por falta de saneamento

Maioria das doenças estão relacionadas a infecções por insetos e contaminações por fezes ›12



DIVULGAÇÃO

Uma ode a "Milton Bituca Nascimento"

Singularidade, alcance e essência do músico e sua obra são contados em documentário ›16

Uma creche para a Vila Telebrasília

Ibaneis entrega obra que vai beneficiar 188 crianças de até 5 anos em período integral ›2



VILA TELEBRASÍLIA

Bairro ganha creche após 39 anos de espera

O CEPI Pitangueira vai atender 188 crianças de até cinco anos e 11 meses em período integral

CAROLINA FREITAS
redacao@grupojbr.com

O governador Ibaneis Rocha inaugurou, nessa quarta-feira, o Centro de Educação de Primeira Infância (CEPI) Pitangueira da Vila Telebrasília. O primeiro equipamento público do bairro chega para beneficiar 188 crianças de até cinco anos e 11 meses em período integral. Na ocasião, também foi assinado ordem de serviço para construção de calçadas no bairro.

A social media Eduarda Westphal, 26 anos, ficou animada ao conseguir uma vaga no CEPI Pitangueira para o filho Saulo, de um ano e meio. "Confesso que o coração está apertado porque é o dia inteiro e ele é muito pequeno, mas estou bem confiante", comentou. De Florianópolis (SC), Eduarda está em Brasília há três anos. Além de Saulo, a jovem também tem outra filha, a pequena Sofia, de três anos. "Eu fiquei encantada é muito bom porque não sou de Brasília e não tenho rede de apoio. Eu vou conseguir trabalhar e com dois filhos é mais difícil, estou bastante animada porque a creche é nova e linda", comentou.

Sofia já está matriculada em outra creche e, agora, é a vez de Saulo. "É uma notícia muito boa, eu achei que iria demorar pela idade dele, mas eu cheguei e já tinha uma vaga porque abriram essa nova creche. Eu moro na Octogonal, não é muito perto, mas como a Vila Telebrasília está localizada na Asa Sul fica bom. Estou animada por ter conseguido", completou.

Apenas na creche, o Governo do Distrito Federal investiu R$ 4.807.580,15. "Nós temos um compromisso de entregar o DF com todas as crianças dentro de creches. Já temos algumas cidades, como é o caso de Samambaia com nenhuma criança fora de creche, então esse é o compromisso do nosso governo e do ministro [da Educação] Camilo [Santana]. A Vila Telebrasília é um local que os outros governadores, infelizmente, não olharam em momento nenhum. As obras que tem aqui foram realizadas no nosso governo. Estamos olhando para todos os locais do DF, e a Vila Telebrasília não será esquecida", afirmou Ibaneis.

Segundo o governador, atualmente, o DF conta com menos de três mil crianças fora da creche. "Tenho certeza que vamos cumprir nosso compromisso de não deixar nenhuma criança fora de creche até o final desse ano. Quero entrar em 2026 com todas as crianças matriculadas em creches. Quando assumimos o governo em 2019, tínhamos aproximadamente 26 mil crianças fora da creche, hoje temos menos de três mil e até o final do ano vamos finalizar esse processo para que Brasília seja exemplo para o Brasil todo que temos atenção com a educação desde a primeira infância", ressaltou.

A secretária de Educação, Hélvia Paranaguá, salientou que a população da Vila Telebrasília aguardava pela creche há 39 anos, sendo esse o primeiro equipamento público do bairro. "O governador fez um campo sintético [em 2019] para diversão e esporte, mas equipamento público mesmo é o primeiro. Precisamos levar creche para todas as regiões do DF. É um compromisso para que a criança seja inserida no ambiente escolar e a mãe possa ir para o trabalho tranquila", frisou.

Apenas este ano, o GDF já inaugurou dois CEPIs, e a previsão é que sejam entregues outros 18 este ano. "Logo, logo faremos as inaugurações. É uma alegria muito grande porque esse é um compromisso que o governador [Ibaneis] assumiu para dar dignidade para as famílias e para a mulher poder ir trabalhar sabendo que seu filho está bem cuidado", acrescentou.

RENATO ALVES/AGÊNCIA BRASÍLIA



Governo Ibaneis investiu cerca de R$ 4,8 milhões na obra da creche

A creche segue os parâmetros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e, por isso, conta com dois blocos com ambientes educacionais, ligados por uma circulação e um pátio coberto. O Bloco A inclui salas de atividades para crianças de 0 a 11 meses, hall, secretaria, sala de professores e reuniões, direção, almoxarifado, sanitários acessíveis para adultos, lactário, refeitório, cozinha, lavanderia, rouparia, vestiários masculinos e femininos e copa para funcionários.

O Bloco B tem salas de atividades para crianças de um ano a um ano e 11 meses, para crianças de dois anos a três anos e 11 meses, e para crianças de quatro a cinco anos e 11 meses, além de sanitários, salas multiuso, salas de aula e depósito. Na área externa, estão localizados playgrounds, jardins, um castelo-d'água e estacionamento.

Construção de calçadas

A ordem de serviço assinada pelo governador Ibaneis prevê a construção 2,1 quilômetros de extensão por 2 metros de largura de calçadas. A previsão é que todo o calçadão fique pronto até dezembro deste ano. Além das calçadas, será feito o paisagismo e complementação da urbanização da localidade, de forma a permitir uma nova área de lazer para a população do DF. O investimento é de aproximadamente R$ 620 mil.

"Estamos iniciando uma obra importante, as calçadas dentro da Telebrasília. Essas calçadas já estão dentro do padrão novo que a Novacap implantou há cerca de dois anos atrás. Estamos correndo para até o final do ano entregar as calçadas. São calçadas de qualidade que vão valorizar muito esse ambiente gostoso e ameno da Vila Telebrasília", salientou o presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), Fernando Leite

» **(Leia mais sobre Ibaneis na página 7).**

SETOR PRODUTIVO

GDF aprova R$ 307 milhões

O Comitê de Financiamento à Atividade Produtiva do Distrito Federal (Cofap/DF), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (Sedet-DF), aprovou 62 cartas-consulta, totalizando aproximadamente R$ 307 milhões em financiamentos.

A reunião ocorreu na sede da pasta e contou com a participação de representantes da Secretaria de Turismo (Setur-DF), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Distrito Federal (Faci), Fecomércio, Federação da Agricultura e Pecuária (Fape) e Fibra.

Do total de propostas aprovadas, cerca de 55% contemplam empreendimentos localizados no DF, enquanto 45% são destinadas a projetos em municípios goianos que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride/DF). Em relação às linhas de crédito, 30% das cartas aprovadas correspondem ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) Rural, e os outros 70% estão voltados para a linha empresarial.

Os investimentos aprovados têm um alto potencial de impacto socioeconômico, com a expectativa de gerar mais de mil empregos diretos e indiretos. Esse aporte financeiro contribui para o fortalecimento da economia regional, incentivando o crescimento de diversos setores produtivos e promovendo o desenvolvimento sustentável.

"A aprovação desses R$ 307 milhões em financiamentos pelo Cofap reforça o compromisso do GDF em impulsionar o setor produtivo e fortalecer a economia local. Esses investimentos não apenas viabilizam a expansão e modernização de empreendimentos no DF e na Ride, mas também contribuem para a geração de empregos, fortalecendo o mercado de trabalho e o desenvolvimento sustentável", declarou o presidente do Comitê e titular da Sedet-DF, Thales Mendes.

Jornal de Brasília

Fundado em 10 de dezembro de 1972
Editora JORNAL DE BRASÍLIA Ltda.
CNPJ - 08.337.317/0001-20
TELEFONE GERAL: (61) 3343-8000
ENDEREÇO: SIG/Sul - Qd. 01 - Lote 765
Brasília - DF - CEP.: 70.610-410


Instituto Verificador de Comunicação IVC

Preço da assinatura (DF e GO):
ANUAL: R$ 260,00 – **SEMESTRAL:** R$ 135,00
Vendas avulsas (DF e GO): R$ 1,00
Vendas avulsas (Outros Estados): R$ 3,00
Classificados: (61) 99637-6993
Sucursal São Paulo: (11) 5097-6777
Dep. Comercial: (61) 3343-8180
Sucursal Rio de Janeiro: (21) 3459-8848
Atendimento ao leitor: (61) 3343-8012 e 3343-8134
Atendimento ao assinante: (61) 3253-9257 e 3254-3947

EDITOR CHEFE - IMPRESSO
Ricardo Nobre (ricardo.nobre@grupojbr.com)

EDITOR CHEFE - ON LINE
Lindauro Gomes (lindauro.gomes@grupojbr.com)

Telefones: (61) 3343-8000 e 3343-8100
E-mail: redacao@grupojbr.com

EDITORES
Ivana Antunes (ivana.antunes@grupojbr.com)
Laezia Bezerra (laezia.bezerra@grupojbr.com)
Thatyane Nardelli (thatyane.nardelli@grupojbr.com)
Thiago Morais (thiago.morais@grupojbr.com)
Vítor Mendonça (vitor.mendonca@grupojbr.com)

A Editora Jornal de Brasília Ltda. não comercializa diretamente os exemplares do jornal ao público, fazendo-o unicamente por meio de bancas de jornais devidamente credenciadas e com a empresa juridicamente constituída que, por sua vez, revendem os exemplares por meio de vendedores avulsos, com idade acima de 16 anos, conforme norma legal vigente, por ela diretamente contratados. As assinaturas são vendidas diretamente na sede social da empresa ou por intermédio das pessoas físicas ou jurídicas para isso autorizadas.

SAÚDE

Primeiro caso de sarampo

Segundo a SES, uma mulher foi contaminada após viagem ao exterior; 278 pessoas estão sendo monitoradas no DF

CARLIANE GOMES
redacao@grupojbr.com

Uma mulher testou positivo para sarampo no Distrito Federal, segundo confirmação da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF). A paciente que é moradora do DF, teria contraído a doença durante uma viagem ao exterior. Segundo dados da SES, o último caso de sarampo com transmissão na capital federal foi registrado em 1999.

A pasta informou que este último caso foi confirmado no dia 17 de março, e os primeiros sintomas da paciente começaram em 27 de fevereiro. Ela foi orientada a permanecer em isolamento domiciliar para evitar a disseminação do vírus. "A paciente encontra-se em bom estado geral, não precisou ser hospitalizada e a doença evoluiu para cura sem intercorrências", afirmou a pasta em nota.

Após a confirmação desse caso, outras 278 pessoas que tiveram contato com a mulher estão sendo monitoradas. Elas estão recebendo orientações sobre os sintomas da doença e têm a sua situação vacinal verificada. Até o momento, não há registros de novos casos no Distrito Federal.

A vigilância epidemiológica segue ativa, acompanhando o cenário global da doença. Segundo a SES/DF, "o período para possível surgimento de casos secundários relacionados a esta ocorrência se encerra em 26 deste mês, com monitoramento dos contatos até 1º de abril".

SANDRO ARAÚJO/AGÊNCIA SAÚDE/DF



A vacinação é a forma mais eficaz de proteção contra doenças como o sarampo

Vacinação

A secretaria reforça que, em casos de sintomas como febre e manchas vermelhas na pele, associados a tosse, coriza ou conjuntivite, é fundamental buscar atendimento em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), levando o cartão de vacinação. A cobertura vacinal contra o sarampo em crianças menores de 2 anos no DF é de 97,2% para a primeira dose e 88,3% para a segunda, a meta é 95%.

A vacinação é a forma mais eficaz de proteção contra doenças como o sarampo, a rubéola e a caxumba. A imunização contra essas enfermidades é garantida pela vacina tríplice viral, disponível gratuitamente na rede pública de saúde. Para se proteger, a população deve procurar a unidade de saúde mais próxima e manter o esquema vacinal atualizado.

O secretário de Saúde, Juracy Cavalcante, reforça a importância da imunização. "É essencial que a população mantenha a adesão à vacina contra o sarampo. Essa é uma responsabilidade coletiva. Com a tríplice viral, não protegem apenas a nossa saúde, mas também contribuímos para a segurança de toda a comunidade", afirmou.

O sarampo é uma doença infecciosa de alta transmissibilidade, propagando-se pelo ar através de gotículas expelidas ao falar, tossir ou espirrar. As crianças menores de cinco anos são as mais vulneráveis a complicações graves, mas a imunização é recomendada para toda a população conforme o calendário vacinal.

A vacina tríplice viral é contraindicada para gestantes, sendo recomendado evitar a gravidez por pelo menos 30 dias após a aplicação.

saibamais

- **De acordo com o Programa Nacional de Imunizações (PNI), o esquema vacinal prevê:**
- **Duas doses da tríplice viral para pessoas de 12 meses a 29 anos;**
- **Uma dose para adultos de 30 a 59 anos;**
- **Duas doses para profissionais de saúde, independentemente da idade. (*Com Agência Brasília*)**



Descanse seu bolso nos domingos e feriados.

Este GDF lançou um programa que vai fazer você descansar o bolso nos domingos e feriados: Vai de Graça. É isso mesmo, você pode pegar ônibus e metrô totalmente grátis até as 23h59. Assim fica mais fácil você visitar os parentes ou os amigos, ir à igreja, ao parque ou ao clube. Então aproveita o dia e vai de graça!



MINISTÉRIO DA **JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO (UASG – 200005)

Pregão Eletrônico n° 90004/2025

Objeto: Contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de arquivos deslizantes, com fornecimento de insumos, para os 194 (cento e noventa e quatro) módulos de arquivos deslizantes instalados nas edificações do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, em Brasília – DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Edital a partir do dia 20/03/2025 nas seguintes páginas eletrônicas: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://www.gov.br/mj/pt-br. Data da sessão pública: 03/04/2025 às 09h (horário de Brasília). Informações: (61) 2025-7632.

Eduardo de Oliveira da Rosa
Pregoeiro

TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO AOS ACIONISTAS

Brasília, 18 de março de 2025 – A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras (B3: TELB3, TELB4) avisa a seus acionistas e ao público em geral que os documentos de que trata o art. 133, incisos I a V, da Lei nº 6.404/76, relativos à Assembleia Geral Ordinária de 2025 e ao encerramento do exercício social de 2024, serão disponibilizados aos acionistas após o encerramento das negociações na Bolsa de Valores do dia 20 de março de 2025.

Os documentos estarão disponíveis na Assessoria de Relações com Investidores da Companhia, situada no SIG Quadra 4, Bloco A, salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center, Brasília, Distrito Federal, e estarão disponíveis no site da Companhia, (http://www.telebras.com.br/investidores), da CVM (https://www.cvm.gov.br/) e da Brasil, Bolsa, Balcão - B3 (http://www.b3.com.br).

Tatiana Rúbia Melo Miranda
Diretora Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

MINISTÉRIO DA **SAÚDE**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90183/2025

A Coordenação-Geral de Licitações e Contratos Administrativos do Ministério da Saúde torna público aos interessados a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de forma continuada, para prestação de serviço de apoio operacional às atividades assistenciais e educativas desempenhadas aos dependentes de servidores do Ministério da Saúde e provenientes de Acordos de Cooperação Técnica pelo Serviço de Apoio ao Aleitamento Materno e Desenvolvimento Infantil - SEAMI, na faixa etária dos 06 (seis) meses a 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições e exigências estabelecidas no edital. ABERTURA DA SESSÃO: 03/04/2025, às 09h:30min (horário de Brasília), no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, onde também poderá ser retirado o edital.

Marcello Novaes Fernandes Espindula
Coordenador Geral de Licitações e Contratos Administrativos
CGLIC/SAA/SE/MS

ANEEL AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA | Programa de Eficiência Energética - PEE

Neoenergia Brasília

NEOENERGIA DSITRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.
CNPJ N° 07.522.669/0001-92
SAI/SO Área, nº 6580, Cond. Park Shopping Corporate - Torre 01, 4º andar
Guará - Brasília/DF, CEP. 71.219-900

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A **Neoenergia Distribuição Brasília S.A. - NEOENERGIA BRASÍLIA**, empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, em observância às normas veiculadas em seu Quarto Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição n° 066/99, Segunda Subcláusula da Cláusula Terceira, e na Resolução n° 920/2021-ANEEL, de 23/02/2021, comunica que se encontra na home page da NEOENERGIA BRASÍLIA - **www.neoenergia.com**, os arquivos em que constam os resultados dos projetos de eficiência energética concluídos em 2024 e os que estão em implementação em 2025, todos instituídos pela Lei Federal nº 9.991/2000. A presente audiência tem o objetivo de prestar contas dos resultados alcançados aos consumidores, agentes do setor de energia elétrica e demais interessados, e proporcionar condições para que todos possam enviar sugestões para os novos projetos. Para tanto, as contribuições podem ser encaminhadas para o endereço eletrônico: **eficiencia@neoenergia.com** ou postal: SAI/SO Área, nº 6580, Cond. Park Shopping Corporate - Torre 01, 4º andar - Guará - Brasília/DF, CEP. 71.219-900.

RECONHECIMENTO

Homenagem para mulheres do HRSM

Protagonismo feminino é celebrado com evento e exposição. Mais de 70% da força de trabalho do Iges-DF é composta por servidoras.

Foi realizada ontem uma homenagem especial para comemorar o Mês da Mulher no Hospital Regional de Santa Maria (HRSM). Ao longo do dia, em várias partes da unidade, foram feitas atividades que fogem do cotidiano como forma de reconhecimento ao protagonismo feminino na saúde da unidade.

Ao longo do dia, uma programação especial foi feita pensando no bem-estar das mulheres que trabalham no HRSM. Pela manhã, elas tiveram momento de relaxamento com massagem de voluntárias, momento de beleza com consultoras da Mary Kay e ginástica laboral rítmica.

À tarde, ocorreram palestras sobre dinâmica alimentar, bate-papo com sexóloga, momento de automassagem e palestra sobre ondas em movimento. As associações de voluntários da Rede Feminina de Combate ao Câncer (MAC, SAV, Projeto Acolher e Humanizar) foram fundamentais para a realização das atividades.

DIVULGAÇÃO/IGES-DF



Durante todo o dia foram prestados muitas homenagens para as servidoras

A coordenadora da Rede Feminina de Combate ao Câncer, Larissa Bezerra, destacou a presença feminina também no voluntariado. “Mais de 80% dos voluntários são mulheres. Elas são esposas, mães, profissionais e ainda encontram tempo para se dedicar ao próximo”, afirma. A assessora da Gerência de Cadastramento de Estabelecimentos e de Usuários do SUS (Gecad), Sabrina Saraiva, adorou participar do momento e acredita que ações como essas são positivas e devem ocorrer com maior frequência.

“A gente se sente muito honrada, muito feliz em saber que somos reconhecidas, principalmente porque em um hospital, querendo ou não, a maioria dos colaboradores é mulher. É muito gratificante ver que as pessoas entendem que damos o nosso melhor tanto aqui, quanto em casa, quanto na sociedade em si”, avalia.

No hall da entrada principal foi montada a exposição fotográfica itinerante "Celebrando as Mulheres: Cuidado e Protagonismo na Saúde". A iniciativa foi idealizada pela assistente social Beatriz Liarte, do Núcleo de Educação Permanente (Nudep), e teve o apoio da Gerência de Gestão do Conhecimento (GGCON) ambas ligadas à Diretoria de Inovação, Ensino e Pesquisa (Diep). Beatriz explica que a ideia da exposição surgiu da vontade de retratar mulheres de todas as unidades geridas pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF) que contribuem e participam para o cuidado em saúde. “Foram retratadas desde gestoras, profissionais de saúde até equipes terceirizadas que compõem nosso quadro. Todas as participantes responderam uma pergunta norteadora: 'Quais as mudanças você gostaria de ver na saúde das mulheres do DF nos próximos anos?'. E, apesar de estarem em localidades diferenciadas e serem pessoas distintas, todas manifestaram mensagens de esperança muito parecidas”.

Presente no evento, a gerente de Gestão do Conhecimento e representante da Diep na ocasião, Mariana Marques, destacou que o objetivo da exposição é retratar as mulheres do Iges-DF “de maneira autêntica, sem uniformes, evidenciando seu impacto na saúde, independentemente da profissão desempenhada”. “Há alguns anos, não tantos assim, nem poderíamos trabalhar fora, ter a carteira assinada e, hoje, representamos mais de 70% da força de trabalho do Iges-DF, isso é uma grande vitória para nós, mulheres”, enfatiza.

Representação feminina no HRSM

Sendo a primeira superintendente do HRSM Mulher, Eliane Abreu pediu uma salva de palmas para todos os presentes no evento como forma de agradecer o protagonismo feminino dentro da unidade. “A mulher é muito guerreira no que ela faz, porque ela faz com muita responsabilidade, com muito desempenho, com muita força, com muita garra, muita sensibilidade. E eu fico lisonjeada de representar mais de 70% das mulheres que formam a força de trabalho nesse hospital. Cada um traz consigo um pacote de emoções, um pacote de possibilidades, um pacote de histórias. E não seria humano, da nossa parte, não considerar ou desrespeitar. Então que a gente possa mesmo pensar antes de falar. Que a gente possa cada vez mais promover a empatia, se colocar no lugar do outro, da outra. Que a gente possa promover a tão falada sororidade e empatia uma com a outra”, ressalta.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n° 90004/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de telejornalismo para a produção de conteúdo destinado à divulgação da atuação institucional e de temas de interesse do Ministério Público do Trabalho/MPT, necessários à produção de 12 edições anuais do programa televisivo Trabalho Legal, a ser exibido na TV Justiça e demais veículos autorizados pela Secretaria de Comunicação Social do Ministério Público do Trabalho, conforme as especificações, condições e quantidades estabelecidas no Edital e seus anexos. Edital disponível nos sites: www.compras.gov.br e portal.mpt.mp.br/MPTransparencia a partir de 20/03/2025. Data de abertura da sessão pública 03/04/2025, às 10h00min. Mais informações no endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Torre A, CNC, Asa Norte, Brasília-DF; telefones (61) 3314-8906 / 3314-8866 / 3314-8408; e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br.

Brasília – DF, 20 de Março de 2025
IZAC FERREIRA DA SILVA
Pregoeiro



Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

Relatório da Administração

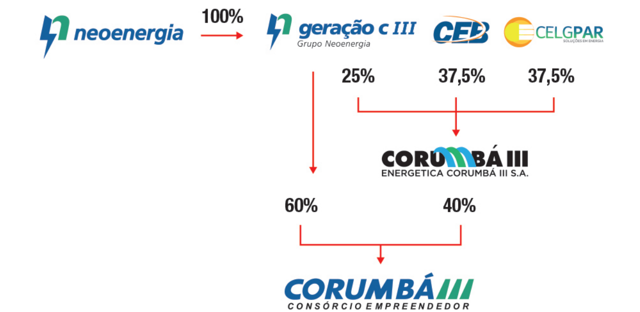
Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as e ao público em geral às Demonstrações Financeiras da Energética Corumbá III S.A. ("ECIII"), com as respectivas notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Histórico

A Energética Corumbá III - ECIII foi constituída em junho de 2001 com o objetivo de construir e operar a usina hidrelétrica Corumbá III. Em agosto de 2006, a companhia se associou ao grupo Neoenergia com a constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III. Atualmente a ECIII é detentora de 40% da concessão do AHE Corumbá III, objeto do Contrato de Concessão No 126/2001 - ANEEL, nos termos da Resolução Autorizativa Nº 980 de 10 de julho de 2007. A UHE Corumbá III, localizada no rio de mesmo nome, no Município de Luziânia, teve suas obras efetivamente iniciadas em agosto de 2006, a partir da constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com finalidade administrar a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III. A primeira unidade geradora da UHE Corumbá III, com potência autorizada de 47,76 MW, entrou em operação comercial no 24/10/2009 e a segunda em 30/01/2010. A UHE Corumbá III encontra-se totalmente motorizada, sincronizada ao Sistema Interligado Nacional e operando conforme programação estabelecida pelo Operador Nacional do Sistema. Em 04/09/2012 a ANEEL emitiu o Despacho Nº 2.759, alterando o registro da Potência Instalada para 96.447 kW e da Potência Líquida para 89.484 kW da UHE Corumbá III, outorgada nos termos do Decreto s/nº de 15 de outubro de 2001 e do Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica nº 126/2001. Em 2018 ocorreu a Revisão da Garantia Física da UHE Corumbá a qual foi reduzida de 50,9 MW para 49,3 MW, sendo que na ECIII o valor mudou de 20,360 MW para 19,720 MW.

Composição Societária da Companhia

A composição societária da UHE Corumbá III é a seguinte:



Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa da ECIII visam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo busca a unificação de processos, práticas e políticas com as de seus acionistas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. O Acordo de Acionistas orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses. **Conselho de Administração:** De acordo com o Acordo de Acionistas o Conselho de Administração é composto por cinco conselheiros, com mandato de 03 anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração reúne pelo menos uma vez a cada trimestre civil e tem como atribuição a orientação geral dos negócios da companhia e a eleição e destituição dos diretores. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal será instalado conforme definido no Estatuto Social da companhia, mas tem caráter não permanente, podendo ser requerido por quaisquer de seus acionistas anualmente. Atualmente a companhia não possui Conselho Fiscal instalado. **Diretoria Executiva:** A Diretoria da companhia é composta por três diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de quatro anos, sendo que o diretor técnico acumula o cargo de diretor técnico no Consórcio Empreendedor Corumbá III.

Fornecimento de Energia

A energia garantida da UHE Corumbá III correspondente a 49,3 MW Médios foi totalmente comercializada junto à Neoenergia Distribuição Brasília S.A., conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado em 12/11/2002, e o Terceiro Termo Aditivo ao mesmo celebrado em 12/11/2007.

Desempenho Econômico-Financeiro

A ECIII, em 31/12/2024, apurou lucro líquido de **R$ 50.799.115,92** (cinquenta milhões, setecentos e noventa e nove mil, cento e quinze reais e noventa e dois centavos).

Abaixo os principais indicadores econômico-financeiros em milhares de reais:

Indicadores empresariais	2024	2023	Variação %
Indicadores Econômicos			
Receita operacional líquida	72.868	75.817	-4%
EBITDA	59.403	55.893	6%
Resultado do serviço	53.364	48.407	10%
Resultado financeiro	1.453	1.829	-21%
Lucro líquido	50.799	46.303	10%
Indicadores Financeiros			
Ativo Total	258.658	248.645	4%
Dívida bruta total	44.233	42.278	5%
Patrimônio líquido	214.425	206.367	4%
Dívida de curto prazo/dívida total (%)	0,51	0,42	24%
Patrimônio líquido/Ativo total (%)	0,83	0,83	–

A Companhia está propondo a distribuição do lucro líquido, referente ao exercício de 2024 da seguinte forma: constituição de reserva legal no valor de **R$ 2.539.955,80** (dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos); constituição de reserva de manutenção do capital de giro no valor de **R$ 2.539.955,80** (dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos); distribuição de dividendo mínimo obrigatório no valor de **R$ 12.064.790,03** (doze milhões, sessenta e quatro mil, setecentos e noventa reais e três centavos); e distribuição de dividendos adicionais no valor de **R$ 33.654.414,30** (trinta e três milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quatorze reais e trinta centavos), com pagamento até 31/12/2025.

Distribuição de Dividendos

Em 2024, a companhia pagou aos acionistas o montante de R$ 41.672.602,20 (quarenta e um milhões, seiscentos e setenta e dois mil, seiscentos e dois reais e vinte centavos), relativos aos dividendos apurados do resultado de 2023.

Responsabilidade Sócio-Ambiental

A Licença de Operação da UHE Corumbá III, com vigência até 25/01/2026, prevê em seu escopo a realização dos Programas de Monitoramentos Ambientais e o cumprimento do Plano Básico Ambiental (PBA) do Componente Indígena, os quais vêm sendo atendidos em sua integralidade, entre os quais destacamos:
• ***Programas de Monitoramento da Ictiofauna, Mastofauna, Herpetofauna e Avifauna -*** As atividades de monitoramento da fauna realizadas na área de influência direta e no entorno seguem seu curso normal. Os estudos demonstram um resultado altamente satisfatório, constatando que o empreendimento não impactou a fauna nas áreas de Influência Direta (AID) e Indireta (AII). • ***Programa de Monitoramento de Macrófitas -*** As campanhas de monitoramento das macrófitas, na área de influência direta do empreendimento, continuam sendo realizadas conforme previsto no processo de licenciamento. • ***Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade de Água -*** As campanhas de monitoramento das análises das águas (parâmetros físico-químicos e biológicos) do rio Aripuanã e córrego Frei Canuto vêm sendo realizada em onze pontos de coleta, tal como estabelecido no Programa. Os resultados são satisfatórios. • ***Programas de Monitoramento Hidrológico e Hidrossedimentológico -*** Em continuidade às campanhas de monitoramento da vazão do Rio Aripuanã com o acompanhamento dos níveis d'água, descargas líquidas e do transporte de sedimentos, continuam sendo realizadas, inclusive com coleta de dados hidrométricos das estações telemétricas. ***Programa de Monitoramento de Prevenção dos Processos Erosivos -*** As campanhas de monitoramento das erosões na área de influência direta do empreendimento vêm sendo executadas em estrita aderência ao estabelecido no Programa.

Auditores Independentes

A Companhia firmou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") para a prestação dos serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2024, bem como a revisão das informações financeiras trimestrais. Desde então, a Deloitte não prestou serviços não-relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

Conclusão

A Administração da ECIII manifesta sua satisfação pelo êxito de seus esforços, no estabelecimento das condições legais, estratégicas, ambientais e financeiras que permitiram a operação da UHE Corumbá III, com a disponibilidade de sua potência total, sem nenhuma restrição técnica. Neste sentido vem de público agradecer o apoio incondicional recebido dos acionistas da Empresa, a colaboração de seus servidores e contratados, bem como a parceria com a Geração CIII, subsidiária da Neoenergia, consubstanciada nas ações do Consórcio Empreendedor Corumbá III. Apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2024 bem como o relatório dos auditores independentes.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023 (reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.212	16.128
Títulos e valores mobiliários	6	–	6.327
Contas a receber	7	6.825	8.553
Adiantamentos		–	50
Despesas antecipadas	9	124	124
Tributos a recuperar	10	2.699	1.967
Outros ativos		933	–
Total do ativo circulante		43.793	33.149
Não Circulante			
Despesas antecipadas	9	1.352	1.476
Depósitos judiciais		2.965	3.558
Outros ativos		613	1.486
Total do realizável a longo prazo		4.930	6.520
Imobilizado	11	199.595	197.328
Intangível	12	10.340	11.648
Total do ativo não circulante		214.865	215.496
Total do Ativo		258.658	248.645

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	13	2.157	1.052
Obrigações sociais e trabalhistas		271	188
Impostos de renda e contribuição social a recolher	22	1.112	968
Outros impostos a recolher		470	275
Encargos setoriais	13	1.868	1.379
Dividendos propostos	17	12.065	10.997
Outorga da concessão	14	1.713	1.639
Outros passivos	16	2.973	1.054
Total do passivo circulante		22.629	17.552
Não Circulante			
Fornecedores	13	312	–
Outorga da concessão	14	9.120	8.769
Provisões para processos judiciais	15	11.363	11.145
Outros passivos	16	809	4.812
Total do passivo não circulante		21.604	24.726
Patrimônio Líquido			
Capital social	17	121.586	121.586
Reservas de lucros	17	59.184	54.104
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	17	33.655	30.677
Total do patrimônio líquido		214.425	206.367
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		258.658	248.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R$)

			Reserva de Lucros					
	Nota Explicativa	Capital Social realizado	Reserva Legal	Reserva para Capital de Giro	Reserva para Expansão	Lucros acumulados	Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		121.586	10.970	10.970	27.534	–	29.331	200.391
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	46.303	–	46.303
Reserva legal		–	2.315	–	–	(2.315)	–	–
Reserva de manutenção capital de giro		–	–	2.315	–	(2.315)	–	–
Dividendos obrigatórios	17.7	–	–	–	–	(10.997)	–	(10.997)
Proposta distribuição de dividendos adicionais	17.7	–	–	–	–	(30.676)	30.676	–
Distribuição de dividendos adicionais		–	–	–	–	–	(29.330)	(29.330)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		121.586	13.285	13.285	27.534	–	30.677	206.367
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	50.799	–	50.799
Reserva legal		–	2.540	–	–	(2.540)	–	–
Reserva de manutenção capital de giro		–	–	2.540	–	(2.540)	–	–
Dividendos obrigatórios	17.7	–	–	–	–	(12.065)	–	(12.065)
Proposta distribuição de dividendos adicionais	17.7	–	–	–	–	(33.654)	33.654	–
Distribuição de dividendos adicionais		–	–	–	–	–	(30.676)	(30.676)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		121.586	15.825	15.825	27.534	–	33.655	214.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Exercício de 12 meses findos em: 31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	18	72.868	75.817
Custo dos serviços prestados	19	(16.520)	(24.023)
Resultado Bruto		56.348	51.794
Despesas gerais e administrativas	20	(2.984)	(3.387)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		53.364	48.407
Receita financeira	21	4.132	4.117
Despesa financeira	21	(2.679)	(2.288)
Resultado Financeiro Líquido		1.453	1.829
Resultado antes dos Impostos		54.817	50.236
Imposto de renda e contribuição social	22	(4.018)	(3.933)
Lucro Líquido do Exercício		50.799	46.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais - R$)

	Exercício de 12 meses findos em: 31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício	50.799	46.303
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	50.799	46.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		50.799	46.303
Ajustes:			
Depreciação	11	4.608	4.408
Amortização	12	1.431	3.078
Amortização - Repactuação do risco hidrológico	9	124	–
Juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		–	222
Variação Monetária - Outorga da concessão	21	2.076	1.205
Imposto de renda e contribuição social	22	4.018	3.933
Atualização de processos judiciais	15	137	299
Constituição de provisões para processos judiciais	15	10	48
Reversão de provisões e atualizações de para processos judiciais	15	(86)	(313)
		63.117	59.183
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		1.728	126
Outros ativos		(742)	(308)
Fornecedores e encargos setoriais		1.782	430
Obrigações sociais e trabalhistas		83	(23)
Obrigações tributárias		195	(34)
Outorga da concessão		(1.651)	(1.727)
Outros passivos		(2.084)	(248)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		62.428	57.399
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício		(3.874)	(3.955)
Juros pagos		–	(216)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		58.554	53.228
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(6.001)	(6.701)
Aquisições de bens do ativo intangível		(123)	(804)
Títulos e valores mobiliários		6.327	(574)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado nas) Atividades de Investimentos		203	(8.079)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Pagamento de dividendos		(41.673)	(40.611)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		–	(6.758)
Caixa Líquido (Aplicado nas) Atividades de Financiamento		(41.673)	(47.369)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		17.084	(2.220)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	16.128	20.315
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	33.212	18.095
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		17.084	(2.220)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R$)

1. Contexto Operacional: A Energética Corumbá III S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001, que tem por objetivo principal a exploração de geração de energia elétrica da Usina de Corumbá III, situada no Rio Corumbá, no município de Luziânia, Estado de Goiás. A construção da Usina de Corumbá III, com potência instalada de 93,6 MW, foi feita em parceria com a Geração CIII S.A., nos percentuais de 40% (quarenta por cento) para a Energética Corumbá III S.A. e 60% (sessenta por cento) para a Geração CIII S.A. Os investimentos para a construção foram feitos mediante a constituição de um Consórcio denominado Consórcio Empreendedor Corumbá III. O início da operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009, com a operação da primeira turbina. Em 30 de janeiro de 2010, entrou em operação a segunda turbina. A atividade de exploração de geração de energia elétrica é regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. **1.1. Concessões:** O Contrato de Concessão nº 126/2001, de 7 de novembro de 2001 foi firmado entre a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e aditivado em 25 de novembro de 2007, no tocante a transferência parcial de titularidade para a Geração Corumbá III. Este contrato de concessão garante o direito de exploração pelo prazo de 35 anos, com vencimento para 7 de novembro de 2036. Em razão da repactuação do risco hidrológico ocorrida em 2015 o prazo foi estendido por mais 100 dias tendo o vencimento da concessão alterado para 14 de fevereiro de 2037. Recentemente, conforme resolução homologatória 2.932 de 14 de setembro de 2021 emitida pela ANEEL a concessão da UHE Corumbá III foi prorrogada por mais 1.163 dias, a partir de 14 de fevereiro de 2037 até dia 21 de abril de 2040, conforme abaixo. Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados: (i) por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) pelas restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel. Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015. Na repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do pronunciamento técnico CPC 04, tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido pronunciamento técnico CPC 04, o ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, dessa forma, o valor do ativo a ser reconhecido é apresentado de acordo com cada usina geradora de energia, no caso da ECIII, a Usina de Corumbá III. As usinas da Energética Corumbá III com direito a extensão de outorga, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 2.919, de 03/08/2021 e nº 2.932, de 17/09/2021, estão relacionadas a seguir:

Código Usina	Nome Usina	Característica da Usina	Extensão do prazo em dias	Impacto financeiro Consórcio (100%)	Impacto financeiro ECIII (40%)
8594	Corumbá III	Repactuadas ACR	1.162,7	23.635	9.454

Em 7 de outubro de 2021 foi assinado o termo de aceitação de prazo de extensão de outorga e desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de ricos hidrológicos relacionados ao mecanismos de realocação de energia - MRE entre as partes envolvidas, sendo a ECIII e a ANEEL, e, aprovaram a adesão à repactuação do risco hidrológico da parcela de garantia física não repactuada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio de extensão de outorga da sua usina hidrelétrica participante do mecanismo de realocação de energia - MRE. Com a assinatura do termo e aprovação por parte dos diretores da ECIII, que inclui a renúncia de futuros questionamentos ou ações judiciais em relação aos riscos hidrológicos em questão, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica "Energia comprada para revenda - Suprimento de Energia Elétrica", no montante de R$9.454 com impacto positivo no seu resultado operacional. A energia gerada é comercializada pelas consorciadas (Energética Corumbá III S.A. e Geração Corumbá III), com a venda da energia contratada totalmente pela Neoenergia Distribuição Brasília S.A., até o ano de 2036, e seu preço é reajustado anualmente no mês de outubro, pela variação do IGPM. **2. Base de Preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As Demonstrações Financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 13 de fevereiro de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. Os principais julgamentos e estimativas estão relacionados a: • Vida útil de ativos de longa duração. • Concessão do Serviço Público (UBP). • Provisão para Processos Judiciais. • Mensuração por meio do valor justo. **2.4.1. Mensuração do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). **2.5. Novas Normas e Interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicáveis à Companhia, são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de "covenants" como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas "covenants" cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 03: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, "Reverse factoring", "Confirming" e/ ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024
CPC 06: Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 40: Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026

continua→★



ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R$)

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das Companhias. A IFRS 18 também exige que as Companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027

Não houve a emissão de novas normas aplicáveis em 2024. A revisão daquelas já existentes, não produziram efeitos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Em relação aos normativos em discussão no CPC ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. **2.6. Julgamento da administração quanto à continuidade operacional:** A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais. **3. Principais Políticas Contábeis:** A Energética Corumbá III aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Instrumentos financeiros:** A Energética Corumbá III classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com a seguinte categoria: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Energética Corumbá III mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. (i) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. Conforme nota explicativa nº 24, os ativos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado pois considera os seguintes aspectos: • São mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no exercício que foram incorridos. (i) Classificação e mensuração subsequente: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. c) Desreconhecimento de um instrumento financeiro: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros: a Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. d) Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aplicação. e) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado: Esses instrumentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o "impairment" são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Estão classificados neste grupo os saldos a receber (nota explicativa nº 7) e os saldos junto a fornecedores (nota explicativa nº 13). **3.2. Intangível:** Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas pela companhia são as determinadas pela Resolução Normativa nº 674/2015, de 11 de agosto de 2015, destacando-se que as servidões não são amortizadas. Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização foi iniciada quando da entrada em operação da Usina. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. O intangível de utilização do bem público referente à extensão do contrato de concessão (nota explicativa nº 1.2) é amortizado seguindo a orientação da ANEEL e registrado de acordo com cálculo da ANEEL. **3.3. Imobilizado:** (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. a Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, por meio da Resolução nº 674, em vigor desde 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a ser revertidos ao final da Concessão e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, a Companhia avaliará os efeitos correspondentes em suas demonstrações financeiras. (iv) Contingências: A Companhia é parte de processos judiciais e as avaliações de probabilidade de perdas desses processos incluíram a análise das evidências disponíveis com base na avaliação dos assessores jurídicos. Adicionalmente, com a avaliação dos assessores jurídicos, o Consórcio atualizada as informações dos processos com relação aos valores depositados em juízo. Os valores relacionados as contingências são reembolsados pelas Consorciadas, quando os valores são desembolsados pelo Consórcio para pagamento de contingências. As contingências relacionadas a processos de servidão e desapropriação são contabilizadas no ativo imobilizado ("terrenos em curso") em contrapartida as provisões para contingências, enquanto os processos encontram-se em discussão judicial. A atualização monetária das provisões para contingências é registrada no ativo imobilizado ("terrenos em curso"), uma vez que o Consórcio entende que esses valores compõem o custo de aquisição do ativo. (v) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais relativos a processos de servidão e desapropriação são contabilizados no ativo não circulante, pois são considerados ativos financeiros. A atualização monetária dos depósitos judiciais é registrada no ativo imobilizado ("terrenos em curso"). **3.4. Redução ao valor recuperável de ativos:** A Administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **3.5. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido a parcela que exceder ao valor resultante da multiplicação de R$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro presumido do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.6. Receita de venda de energia:** A receita referente à venda da energia gerada pela Energética Corumbá III é reconhecida mensalmente de acordo com o contrato de venda de energia junto à Neoenergia que a ECIII possui, as receitas de vendas de acordo com o contrato são registradas de acordo com sua competência e as notas fiscais emitidas no mês de sua referência com pagamento no mês subsequente em três parcelas iguais. Dessa forma, a receita é reconhecida em sua competência correta no que tange às vendas já firmadas em contrato. Além da venda conforme contrato, a Companhia possui também as vendas de energia em mercado de leilão da CCEE, que é realizada quando ocorre excedente na produção de energia do que prometido em contrato de venda junto à Neoenergia. **3.7. Arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento em contas separadas. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. Quando o passivo de arrendamento é mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. **3.8. Capital Social:** O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores dessas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. **3.9. Distribuição de dividendos:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, o pronunciamento técnico CPC 24 e a interpretação técnica ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. **3.10. Lucro por ação:** Os lucros por ação, básico e diluído, são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável. **3.11. Participações em operações em conjunto:** Uma operação em conjunto é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos com relação ao acordo. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Quando uma Companhia realiza suas atividades como operações em conjunto, a Companhia, como um operador em conjunto, reconhece com relação à sua participação em uma operação em conjunto: • Seus ativos, incluindo sua participação nos ativos mantidos em conjunto. • Seus passivos, incluindo sua participação nos passivos incorridos em conjunto. • Suas receitas da venda de sua participação no resultado decorrente da operação em conjunto. • Sua participação nas receitas da venda do resultado decorrente da operação em conjunto. • Suas despesas, incluindo sua participação nas despesas incorridas em conjunto. A Energética Corumbá III faz parte de uma operação em conjunto ("joint operation") junto à Geração Corumbá III, constituindo o Consórcio Corumbá III para construção da Usina Corumbá III. A construção da Usina de Corumbá III, foi feita em parceria com a Geração CIII S.A., nos percentuais de 40% (quarenta por cento) para a Energética Corumbá III S.A. e 60% (sessenta por cento) para a Geração CIII S.A. Os investimentos para a construção foram feitos mediante a constituição de um Consórcio denominado Consórcio Empreendedor Corumbá III. A Companhia contabiliza os ativos, os passivos e as despesas relacionados à sua participação em uma operação em conjunto de acordo com os CPCs aplicáveis a ativos, passivos, receitas e despesas específicos. A operação em conjunto possui impacto, nas contas de Ativo Imobilizado e Intangível, no passivo de provisões para processos judiciais e nas despesas. Os saldos contabilizados pela Energética Corumbá III são provenientes dos saldos informados pelo Consórcio Corumbá III, visto que o imobilizado que constitui o saldo é decorrente de construções e melhorias na Usina, assim como as provisões constituídas possuem origem em processos relacionados à construção da Usina e desapropriações de terra, em sua maioria. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros. • Despesa de juros. • Comissões. • Desconto obtido. • Variação monetária. A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **4. Reapresentação dos Valores Correspondentes:** A Companhia reapresentou os valores correspondentes do exercício anterior para correção de erro efetuando ajuste de apresentação do imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras o qual estava anteriormente apresentado na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, no Ativo Circulante, passando a integrar o grupo de tributos a recuperar no Ativo Circulante. **Impactos da reapresentação no Balanço Patrimonial:**

	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Saldos em 31 de dezembro de 2023			
Em milhares de Reais			
Caixa e equivalentes de caixa	18.095	(1.967)	16.128
Títulos e valores mobiliários	6.327	–	6.327
Contas a receber	8.553	–	8.553
Tributos a recuperar	–	1.967	1.967
Demais contas de ativos circulante	174	–	174
Contas ativos não circulante	6.520	–	6.520
Imobilizado	197.328	–	197.328
Intangível	11.648	–	11.648
Total de ativos	248.645	–	248.645
Passivo circulante	17.552	–	17.552
Passivo não circulante	24.726	–	24.726
Patrimônio líquido	206.367	–	206.367
Total do passivo e patrimônio líquido	248.645	–	248.645

5. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	31/12/2024	31/12/2023 (reapresentado)
Caixa e depósitos bancários à vista	3.177	2.136
Aplicações financeiras de liquidez imediata	30.035	13.992
	33.212	16.128

Em 31 de dezembro de 2024 o caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, por certificados de depósito bancário - CDB, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração média acumulada de 8,73% a.a. (10,89% a.a. em 31 de dezembro de 2023) sem vencimento predeterminado. A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 24.

6. Títulos e Valores Mobiliários:

	31/12/2024	31/12/2023
Contas Reserva	–	6.327
Circulante	–	6.327
Não Circulante	–	–

Referem-se à aplicação no Fundo de Investimento 33, administrado pela BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. A remuneração pela variação dos Títulos Públicos à taxa no ano é de 8,73% a.a. (10,89% a.a. em 31 de dezembro de 2023), sem vencimento pré-determinado. **7. Contas a Receber:** As contas a receber referem-se ao Contrato de compra e venda de Energia Elétrica (CCVEE) entre a Companhia e Neoenergia Distribuição Brasília S.A. e são registradas mensalmente, conforme notas fiscais de saída e dos valores a receber da liquidação da CCEE (Mercado Interno).

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Receber Partes Relacionadas (nota explicativa nº 8)	6.743	8.553
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	82	–
	6.825	8.553

Não há riscos significativos de perdas de créditos esperadas, pois, de acordo com o contrato de garantia com o BRB, a ECIII está autorizada a solicitar bloqueio das contas da Neoenergia Distribuição Brasília S.A., mantidas naquela instituição financeira para possibilitar a liquidação financeira imediatamente após eventual inadimplemento. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui contas a receber em atraso. **8. Partes Relacionadas: 8.1. Saldo patrimonial com partes relacionadas:** As principais transações e os saldos entre partes relacionas estão relacionados abaixo:

Valores a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Neoenergia Distribuição Brasília S.A. (nota explicativa nº 7)	6.743	8.553
	6.743	8.553

O valor a Receber de aportes de investimentos solicitados e sua aplicação no Ativo Imobilizado.

Valores a pagar:

	31/12/2024	31/12/2023
Encargo de Uso de Energia Elétrica (nota explicativa nº 13)	(184)	(180)
Benefícios Pós Emprego (nota explicativa nº 16)	(10)	(8)
	(194)	(188)

8.2. Resultado com partes relacionadas: A Companhia possui transações com partes relacionadas, cujo preço da transação é definido em contrato e a tarifa é determinada previamente pelo órgão regulador (ANEEL) e devem ser liquidados dentro de dois meses da data do balanço. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

	Exercícios findos em: 31/12/2024	31/12/2023
Receitas com partes relacionadas		
Neoenergia Distribuição Brasília S.A. - (Venda de Energia) (nota explicativa nº 18)	76.808	79.974
	76.808	79.974
Despesas com partes relacionadas		
Neoenergia Distribuição Brasília S.A. - CUSD (Encargos de Uso da Rede) (nota explicativa nº 20)	(2.145)	(2.077)
Neoenergia Operação e Manutenção S.A. (nota explicativa nº 21)	–	(24)
	(2.145)	(2.101)

8.3. Remuneração dos administradores:

	Exercícios findos em: 31/12/2024	31/12/2023
Salários (Administradores)	(640)	(655)

9. Despesas Antecipadas: O saldo de despesa antecipada refere-se substancialmente à repactuação do risco hidrológico em que a Companhia reconheceu como despesa paga antecipadamente, o qual vem sendo apropriado ao resultado do exercício com valores amortizados mensalmente até o final da concessão.

	31/12/2024	31/12/2023
Repactuação do Risco Hidrológico	1.476	1.600
Circulante	124	124
Não Circulante	1.352	1.476

10. Tributos a Recuperar:

	31/12/2024	31/12/2023 (reapresentado)
Circulante		
Imposto de Renda a Recuperar (i)	2.699	1.967
	2.699	1.967

(i) Refere-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

11. Imobilizado: As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são as determinadas pela Resolução Normativa nº 674/2015, de 11 de agosto de 2015, com base na vida útil média dos equipamentos e instalações do setor elétrico. Destaca-se que o contrato de concessão da UHE Corumbá III foi assinado em 07/11/2001 e possui cláusula de indenização ao final da concessão, permitindo a depreciação por vida útil e não pelo período da concessão, pois o valor remanescente será indenizado. Não há nenhum fato que indique que os parâmetros de vida útil estabelecidos pela ANEEL não sejam as melhores estimativas a serem adotadas pela Companhia, e, portanto, os terrenos não são depreciados, conforme a referida resolução. a) Composição: • Ativo Imobilizado em Serviço:

Descrição	Taxa de depreciação a.a. %	31/12/2024 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço:							
Terrenos		30.380	–	30.380	28.146	–	28.146
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1,93%	143.059	(38.865)	104.194	136.176	(36.242)	99.934
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,05%	15.383	(4.628)	10.755	15.210	(4.165)	11.045
Máquinas e Equipamentos	2,94%	51.752	(22.580)	29.172	50.915	(21.127)	29.788
Veículos	14,29%	387	(162)	225	97	(97)	–
Móveis e Utensílios	6,25%	71	(48)	23	69	(44)	25
		241.032	(66.283)	174.749	230.613	(61.675)	168.938

• Ativo Imobilizado em Curso:

Imobilizado em curso	31/12/2024 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	19.570	–	19.570	19.008	–	19.008
Reservatórios, Barragens e Adutoras	234	–	234	6.419	–	6.419
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	831	–	831	489	–	489
Máquinas e Equipamentos	3.227	–	3.227	1.838	–	1.838
Móveis e Utensílios	–	–	–	1	–	1
Transf. fabric. e Reparo Material	14	–	14	14	–	14
Material em Depósito	970	–	970	621	–	621
Imobilizado em Curso	24.846	–	24.846	28.390	–	28.390
Imobilizado Líquido	265.878	(66.283)	199.595	259.003	(61.675)	197.328

No advento do termo final de contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados à UH passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização do investimento inicial do imobilizado e dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original, desde que aprovados pela ANEEL e ainda não amortizados, realizando a indenização no valor total do ativo imobilizado líquido no momento do término da concessão. O valor será apurado mediante auditoria própria da ANEEL. b) Movimentação: A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em Serviço Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Em Curso Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	228.862	(57.267)	171.595	28.789	28.789	200.384
Adições (a)	–	–	–	1.353	1.353	1.353
Transferências	1.751	–	1.751	(1.752)	(1.752)	(1)
Depreciação do Exercício	–	(4.408)	(4.408)	–	–	(4.408)
Saldos em 31 de dezembro 2023	230.613	(61.675)	168.938	28.390	28.390	197.328
Saldos em 1º de janeiro de 2024	230.613	(61.675)	168.938	28.390	28.390	197.328
Adições (a)	463	–	463	6.412	6.412	6.875
Transferências	9.956	–	9.956	(9.956)	(9.956)	–
Depreciação do Exercício	–	(4.608)	(4.608)			(4.608)
Saldos em 31 de dezembro 2024	241.032	(66.283)	174.749	24.846	24.846	199.595

(a) As adições do imobilizado incluem transações com efeito caixa e não caixa, totalizando R$6.875 em adições. As adições que impactaram caixa totalizaram o valor de R$6.001, e as adições que não têm efeito caixa são referentes as movimentações de depósitos judiciais no valor de R$593, provisões e atualizações de contingências no valor de R$157 e movimentação de fornecedores contra ativo imobilizado sem impacto nos fluxos de caixa no valor de R$124, totalizando um aumento líquida de R$874, descritas na nota explicativa nº 26. **12. Intangível:** As taxas de amortização utilizadas pela companhia são as determinadas pela Resolução Normativa nº 674/2015, de 11 de agosto de 2015, destacando-se que as servidões não são amortizadas.

Descrição	Taxa de amortização a.a. %	31/12/2024 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço:							
Intangível - UBP	3,68%	4.814	(2.688)	2.126	4.814	(2.510)	2.304
Intangível - Outros (Extensão)	8,11%	9.454	(2.427)	7.027	9.454	(1.661)	7.793
Intangível - Licença Operação	16,67%	2.884	(2.164)	720	2.884	(1.683)	1.201
Intangível - P&D	20%	393	(393)	–	393	(393)	–
Intangível - faixa de servidão		314	–	314	314	–	314
Intangível - software	20%	152	(150)	2	152	(144)	8
		18.011	(7.822)	10.189	18.011	(6.391)	11.620
Intangível em curso:							
Intangível - software		151	–	151	28	–	28
Intangível Líquido		18.162	(7.822)	10.340	18.039	(6.391)	11.648

O saldo em 31 de dezembro 2024 é constituído por direitos de uso de software, servidão de passagem e pela UBP. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em Serviço Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Em Curso Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	15.127	(3.313)	11.814	2	2	11.816
Adições	–	–	–	2.911	2.911	2.911
Transferências	2.884	–	2.884	(2.885)	(2.885)	(1)
Amortização do Exercício	–	(3.078)	(3.078)	–	–	(3.078)
Saldos em: 31 de dezembro de 2023	18.011	(6.391)	11.620	28	28	11.648
Saldos em 1º de janeiro de 2024	18.011	(6.391)	11.620	28	28	11.648
Adições	–	–	–	123	123	123
Transferências	–	–	–	–	–	–
Amortização do Exercício	–	(1.431)	(1.431)	–	–	(1.431)
Saldos em: 31 de dezembro de 2024	18.011	(7.822)	10.189	151	151	10.340

13. Fornecedores e Encargos Setoriais: a) Fornecedores:

	31/12/2024	31/12/2023
Compra de Energia CCEE	35	129
Materiais e Serviços	1.966	84
Compra de Energia Outros Fornecedores	284	659
Encargos de Uso da Rede Elétrica	184	180
	2.469	1.052

continua→★



A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

Eufrázio

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R$)

b) Encargos Setoriais:

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	50	48
Ministério de Minas e Energia - MME	25	24
Recursos em Poder da Empresa	1.606	1.175
Taxa de Fiscalização - TFSEE	13	12
Compensação Financeira - CFURH	174	120
	1.868	1.379

14. Outorga da Concessão: Tem origem nas obrigações de pagamento da utilização do bem público advindas do contrato de concessão perante o poder concedente. A dívida originalmente é composta por 326 parcelas mensais com valor nominal de R$35, a serem pagas até novembro de 2036. Estas parcelas estão reconhecidas ao custo nominal atualizado pela inflação e trazido a valor presente pela taxa de 12% a.a. A Companhia iniciou os pagamentos quando entrou em operação. O saldo da dívida está segregado entre circulante e não circulante, como segue:

Utilização do Bem Público	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	1.713	1.639
Não Circulante	9.120	8.769
	10.833	10.408

No exercício de 2024 foram pagas 12 parcelas mensais, totalizando o valor de R$1.651. A cada pagamento, é feita a transferência do passivo não circulante para o passivo circulante, no mesmo valor, para manter o saldo de 12 parcelas de amortização no passivo circulante. A tabela abaixo resume o valor dos pagamentos do passivo:

2025	1.716
2026	1.716
2027	1.716
2028	1.716
2029 em diante	3.969

15. Provisões para Processos Judiciais: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, que incluem processos de naturezas tributária e cível. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas. A Administração adota o procedimento de classificar os processos judiciais impetrados contra a Companhia em função da probabilidade de perda, baseado na opinião dos consultores jurídicos. Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. Os saldos e a movimentação das provisões para riscos tributários e cíveis e trabalhistas são apresentados abaixo:

Perda Provável	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	11.352	11.145
Trabalhista	11	–
	11.363	11.145

A movimentação do exercício foi:	Cível	Trabalhista
Saldo no final do exercício 31/12/2022	18.843	–
Atualização de processos judiciais	1.794	–
Constituição de provisão para processos judiciais	48	–
Reversão de provisão para processos judiciais	(9.540)	–
Saldo no final do exercício 31/12/2023	11.145	–
Constituição de processos judiciais - Imobilizado	199	–
Constituição de processos judiciais - Resultado	–	10
Atualização de processos judiciais - Imobilizado	2.169	–
Atualização de processos judiciais - Resultado	136	1
Reversão de provisão e atualizações processos judiciais - Imobilizado	(2.211)	–
Reversão de provisão e atualizações de processos judiciais - Resultado	(86)	–
Saldo no final do exercício 31/12/2024	11.352	11

• Cíveis: A estimativa de processos judiciais cíveis fundiários analisados como prováveis de perda corresponde ao total de R$11.352 em 31 de dezembro de 2024 (R$11.145 em 31 de dezembro de 2023), e encontra-se provisionada. • Trabalhistas: A estimativa de processos judiciais trabalhista analisados como prováveis de perda corresponde ao total de R$11 em 31 de dezembro de 2024, e encontra-se provisionada. • Contingências passivas possíveis:

Perda possível	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias (a)	793	750
Cíveis	495	252
Trabalhistas	59	36
Total	1.347	1.038

(a) Tributárias: Não há valores provisionados. Entretanto, as contingências tributárias correspondem a apuração de ICMS/DIFAL do imposto incidente na aquisição de mercadorias destinadas ao uso/consumo ou ativo imobilizado no exercício de 2009. Totalizando um total estimado de R$793 em 31 de dezembro de 2024 (total estimado em R$750 em 31 de dezembro de 2023) com expectativa de perda possível. Os valores das contingências (prováveis e possíveis) foram atualizados monetariamente pela variação do INPC e acrescidos de juros de 1% a.m. **16. Outros Passivos:**

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Provisão Renovação Licença de Operação (i)	2.963	1.046
Benefícios Pós-Emprego (ii)	10	8
	2.973	1.054
Não circulante		
Recursos em Poder da Companhia (iii)	394	394
Provisão Renovação Licença de Operação (i)	415	4.418
	809	4.812

(i) Provisão de programas ambientais referem-se a investimentos a serem realizados pelo Consórcio decorrente de condicionantes estipuladas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente para a obtenção da licença de operação. Dessa forma, a provisão está elaborada com base na melhor estimativa da Administração para os desembolsos futuros de caixa esperado para o cumprimento dos investimentos a serem realizados ao longo da validade da licença. Em 2024 houve transferência da maior parte para o passivo circulante devido ao prazo de contrapartidas dos desembolsos referente a licença ambiental. (ii) Os benefícios pós emprego se referem a contrapartida da Companhia para a Previdência Privada de seus colaboradores. (iii) Os recursos em poder da Companhia se referem aos gastos apurados no projeto de P&D em 2014, que foram levados a débito na conta de mesma natureza do passivo circulante, em observância ao previsto no MCSE. **17. Patrimônio Líquido: 17.1. Capital social Integralizado:**

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total
Acionistas	**Classe Única**	**%**	**Classe única**	**%**	
Cia Energética de Brasília S.A. (CEB)	15.198	25%	30.397	50%	45.595
CELG Participações S.A.	15.198	25%	30.397	50%	45.595
Geração CIII S.A.	30.396	50%	–	–	30.396
	60.792	100%	60.794	100%	121.586

17.2. Da integralização do capital e ações: a) O Capital Social é integralizado totalizado em 121.586 dividido em 60.792 em ações ordinárias nominativas e 60.794 em ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal. b) As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências: • Direito de dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. • Prioridade na distribuição de dividendos. • Prioridade no reembolso do capital sem prêmio. A CELG-GT segregou suas atividades de geração das atividades de transmissão transferindo-as para a CELG Participações. A transferência das ações da CELG GT para CELGPAR foi efetivada no Livro de Transferência de Ações Nominativas e no Livro de Registro de Ações Nominativas em 11/10/2021, tornando-se esta última, acionista da Companhia, sucedendo a CELG GT em todos os direitos e obrigações.

	Ações ordinárias (on)		Ações preferenciais (pn)		Ações Total	
Acionista	**Quantidade**	**Part %**	**Quantidade**	**Part %**	**Quantidade**	**Part %**
Ceb	15.198	25	30.397	50	45.595	37,5
Celgpar	15.198	25	30.397	50	45.595	37,5
Geração CIII	30.396	50		–	30.396	25
Total	60.792	100	60.794	100	121.586	100

17.3. Reservas de Lucros:

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva Legal	15.825	13.285
Reserva Manut. Capital de Giro	15.825	13.285
Reserva para Expansão	27.534	27.534
	59.184	54.104

17.4. Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Essa constituição é efetuada somente quando do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro do ano corrente. **17.5. Reserva de capital de giro:** A reserva para capital de giro é uma reserva estatutária constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado anualmente. Essa constituição está de acordo com o Estatuto Social - Capítulo VIII - Das Reservas, Lucros e Dividendos em seu artigo 40. **17.6. Reserva para expansão:** A reserva para expansão foi definida pela AGE com a finalidade de reter do lucro o saldo remanescente do lucro líquido no percentual de 65%, após as destinações legais e estatutárias. Essa reserva foi constituída até 2016 para fazer face às obras de construção e serviços complementares para a Usina Corumbá III. Essa reserva deixou de ser constituída por determinação da AGE e o percentual atualmente constituído é distribuído condicionada à anuência prévia do BNDES. **17.7. Distribuição de dividendos:** O estatuto, em respeito à Lei nº 6.404/76, art. 202, estabelece no seu capítulo IV, art. 36, o percentual de 25% de dividendos obrigatórios a distribuir, a cada exercício. Os valores em 31 de dezembro de 2024, para cada um dos acionistas, estão demonstrados conforme a tabela abaixo:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	50.799	46.303
Dividendo mínimo obrigatório	12.065	10.997
Companhia Energética de Brasília - CEB	4.596	4.189
CELG - Geração e Transmissão - GELG G & T	4.596	4.189
Geração C III S/A	2.873	2.619
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.065	10.997
Dividendos Adicionais Propostos	33.655	30.677

O valor de proposta para distribuição de dividendos adicionais corresponde ao saldo remanescente do lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias. No exercício de 2024 houve o pagamento no montante de R$41.673 referente a dividendos destinados do resultado de 2023. **18. Receita Operacional Líquida:** A receita corresponde, majoritariamente, ao suprimento de energia relacionado com o contrato de venda de energia de longo prazo com a distribuidora de energia elétrica Neoenergia Distribuição Brasília S.A. Eventualmente há receitas decorrentes da Contabilização da CCEE.

	31/12/2024	31/12/2023
Vendas Brutas		
Neoenergia Distribuição Brasília S.A. (nota explicativa nº 7)	76.808	79.974
Outros - Liquidação CCEE	552	217
Total das Vendas Brutas	77.360	80.191
Dedução da Receita (i)	(4.492)	(4.374)
	72.868	75.817

(i) O saldo refere-se a:

	31/12/2024	31/12/2023
Programa de Integração Social - PIS	(502)	(524)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(2.318)	(2.416)
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	(728)	(765)
Taxa fiscalização Aneel	(159)	(146)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(785)	(523)
	(4.492)	(4.374)

19. Custos dos Serviços Prestados:

	31/12/2024	31/12/2023
Aquisição de Energia de Curto Prazo	(3.847)	(8.970)
Encargos do Uso da Rede Elétrica (nota explicativa nº 8)	(2.145)	(2.077)
Serviços de Terceiros	(3.661)	(2.800)
Depreciação	(4.436)	(4.363)
Amortização	(1.619)	(3.076)
Outros Custos de Operação (i)	(812)	(2.737)
	(16.520)	(24.023)

(i) Outros custos de operação estão relacionados à compra de materiais, consumo de energia própria, perdas ou desativações. Foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta com a Promotoria de Justiça de Luziânia a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Goiás e a cidade de Luziânia para a qual já temos 2 termos aditivos assinado. O Termo de Ajustamento de Conduta determina uma série de compromissos que devem ser cumpridos por CECIII, entre eles a aquisição de terras, principal compromisso que remanesceu e que, portanto, será objeto do 3º termo aditivo, ainda em negociação.

20. Despesas Gerais e Administrativas:

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(1.530)	(1.846)
Administradores	(640)	(655)
Serviços de Terceiros	(605)	(632)
Depreciação	(25)	(45)
Amortização	(4)	(2)
Outros Despesas Gerais e Administrativos	(180)	(207)
	(2.984)	(3.387)

21. Resultado Financeiro Líquido:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras		
Rendimentos sobre aplicação financeira	4.132	4.117
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos	–	(222)
Variação monetária	(2.076)	(1.205)
Renovação licença de operação	–	(645)
Comissões Neoenergia	–	(24)
Outras despesas financeiras	(603)	(192)
Total das despesas	(2.679)	(2.288)
Resultado financeiro, líquido	1.453	1.829

22. Imposto de Renda e CSLL:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda (IR)	(2.745)	(2.674)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	(1.273)	(1.259)
	(4.018)	(3.933)

A composição do saldo é demonstrada a seguir: 22.1. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro presumido às alíquotas de 15% para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre 8% e 12%, respectivamente, da Receita de vendas total do exercício, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de Venda de Energia	77.360	80.191
Base de Cálculo do IR (8%)	6.189	6.415
Imposto de Renda (15%)	(928)	(962)
Adicional de IR (10%)	(595)	(618)
IR sobre aplicação financeira	(1.222)	(1.094)
Imposto de Renda Total	(2.745)	(2.674)
Receita de Venda de Energia	77.360	80.191
Base de Cálculo da CS (12%)	9.283	9.623
Contribuição Social (9%)	(835)	(866)
Outros	(438)	(393)
Contribuição Social Total	(1.273)	(1.259)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.018)	(3.933)

23. Seguros: As 31 de dezembro de 2024, a Energética Corumbá III possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Riscos	Válido até	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil geral - Operações	31/05/2025	100.000	25
Riscos nomeados e operacionais	31/05/2025	667.006	558
Esses riscos se referem a:			
Danos materiais		601.993	
Lucro cessante		65.013	

24. Instrumentos Financeiros: a) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos do Grupo. • Nível 2 - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior. • Nível 3 - Ativos ou passivos cujos preços não são observáveis. O quadro a seguir apresenta o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, e não inclui informações sobre o valor justo, pois o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, uma vez que os ativos e passivos financeiros serão, respectivamente, realizados e exigidos no curto prazo.

	Classificação	31/12/2024	31/12/2023 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	33.212	16.128
Contas a Receber	Custo amortizado	6.825	8.553
Depósitos Judiciais	Custo amortizado	2.965	3.558
Títulos e Valores Imobiliários	Custo amortizado	–	6.327
Total dos Ativos Financeiros		43.002	34.566
Fornecedores a pagar	Custo amortizado	2.469	1.052
Encargos setoriais	Custo amortizado	1.868	1.379
Outros passivos	Custo amortizado	3.782	5.866
Total dos Passivos Financeiros		8.119	8.297

b) Gerenciamento dos riscos financeiros: A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de encargos de dívidas. • Risco de crédito. • Risco de taxa de juros. • Risco de Liquidez. Risco de encargos de dívidas: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívidas, que aumentam despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações da Companhia. Risco de crédito: Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito se referem às disponibilidades e às contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. As contas a receber referem-se ao Contrato de Compra e venda de Energia Elétrica entre a Companhia e a Neoenergia Distribuição Brasília S.A. com prazo de validade até o final da concessão. Para minimizar o risco de inadimplemento do cliente, foi formalizado um contrato de garantia junto ao BRB, com anuência da CEB-D, para o bloqueio de suas contas bancárias naquela instituição para permitir o pagamento de suas obrigações contratuais à ECIII. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações. Risco de taxa de juros: A Companhia possui parte substancial de suas disponibilidades e do seu endividamento indexado respectivamente à variação do CDI e TJLP. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía nenhuma operação de instrumento financeiro derivativo envolvendo ativo ou passivo. A exposição desses ativos e passivos à variação das taxas de juros variável é monitorada ativamente pela Administração da Companhia. Abaixo estão demonstrados a análise de sensibilidade e os diversos cenários que podem impactar os juros anuais sobre os saldos derivados do caixa e equivalentes de caixa.

	Cenários Projetados		
Caixa e equivalentes de caixa	**Provável**	**Possível -25%**	**Remoto -50%**
Valor do principal (nota explicativa nº 5)	33.212	33.212	33.212
Taxa: 81% CDI	10,83%	8,12%	5,42%
Valor de aplicação indexada (resultado financeiro)	3.597	2.698	1.798
Impacto no caixa e equivalentes de caixa	3.597	2.698	1.798

Risco de Liquidez:

Índices Econômico-Financeiros		31/12/2024	%	31/12/2023	%
Índice de Liquidez Corrente =	AC	43.793	194%	33.149	189%
	PC	22.629		17.552	
Índice de Liquidez Imediata =	CEC	33.212	147%	16.128	92%
	PC	22.629		17.552	

O risco de liquidez é associado à possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e a diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos que tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da Companhia para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2024, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiras. **25. Compromissos:** Venda de energia: O compromisso futuro de venda de energia elétrica contratada está apresentado abaixo da seguinte forma em valores nominais em 31/12/2024:

Ano	Volume MWh	Preço	Valor Nominal (valores em R$)
2025	178.354	445,17	79.397.850
2026	178.354	445,17	79.397.850
2027	178.354	445,17	79.397.850
2028	178.842	445,17	79.615.200
2029 em diante	1.397.592	445,17	622.165.959
	2.111.496		939.974.709

Os compromissos de venda de energia elétrica são atualizados de forma anual, em outubro de cada ano, utilizando-se o IPCA de doze meses acumulados. **26. Transações Efeito não-Caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou transações de bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens que não impactam os fluxos de caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	2024
Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 11)	6.875
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa - (provisão e atualizações para processos judiciais fundiários)	(157)
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa - (fornecedores)	(124)
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa - (baixas e atualizações de depósitos judiciais)	(593)
Aumento de imobilizado com efeito caixa	6.001
(i) Efeito não caixa em fornecedores e encargos setoriais	
Variação do passivo de fornecedores e encargos setoriais	1.906
Variação de fornecedores e encargos setoriais contra imobilizado que não tiveram efeito caixa	(124)
(Aumento) em fornecedores (DFC)	1.782
(ii) Efeito não caixa em processos para demandas judiciais	
Variação do passivo de processos para demandas judiciais	218
Variação de processos para demandas judiciais contra imobilizado que não tiveram efeito caixa	(157)
Ajuste ao lucro líquido do exercício (DFC)	61
(iii) Efeito não caixa em depósitos judiciais	
Variação do ativo de depósitos judiciais	593
Variação de depósitos judiciais contra imobilizado que não tiveram efeito caixa	(593)
Efeito caixa em depósitos judiciais	–

27. Eventos Subsequentes: Não houve eventos subsequentes posteriores a 31 de dezembro de 2024.

Diretoria

Luiz Paulo Branco Gazola - Diretor-presidente | **Anita Luzia de Souza Pinheiro da Costa Belchior** - Diretor Administrativo Financeiro | **João Uchôa** - Diretor Técnico

Conselho da Administração

Marcelo José Cavalcanti Lopes - GCIII | **Rodolfo Fernandes da Rocha** - GCIII | **José Fernando Navarrete Pena** - CELGPAR | **Daniel Vinicios Nunes Vieira** - CELGPAR | **Ana Cristina Pereira Valle** - CEB | **Jorge Rego da Silva** - CEB

Contador(a) - Alisson de Castro Barboza - CRC/DF 021017/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Energética Corumbá III S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Corumbá III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Corumbá III S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF
Bruno Cunha Dutra da Silveira
Contador
CRC nº MG 112354/O-4 "T" DF

Deloitte.

CAMINHO PERIGOSO

CAMILA COIMBRA/JORNAL DE BRASÍLIA



Sem uma passagem segura, população se arrisca onde antes havia uma ponte improvisada

Sem ponte e com esgoto a céu aberto

Moradores da margem na Quadra 5 do Park Way enfrentam desafios diariamente para atravessar córrego e chegar ao Guará

CAMILA COIMBRA
redacao@grupojbr.com

Moradores da margem na Quadra 5 do Park Way enfrentam desafios diários devido à falta de infraestrutura e a necessidade de atravessar um córrego com esgoto a céu aberto para chegar ao Guará II. Sem uma passagem segura, famílias se arriscam onde antes havia uma ponte improvisada, que foi removida, dificultando o acesso de crianças à escola e prejudicando a mobilidade da comunidade.

Aline Costa, de 16 anos, é uma das afetadas pela situação. Única estudante da família que ainda precisa atravessar o córrego Vicente Pires, ela relata as dificuldades enfrentadas diariamente. "A gente precisa tirar o sapato e atravessar a pé pela água suja. Isso atrasa e impede até mesmo o uso da bicicleta", conta. Para evitar o transtorno, a jovem prefere caminhar até o metrô de Anchieta, mesmo que chegue mais tarde na escola.

A ponte que antes existia foi removida sob a justificativa de que facilitava o acesso de usuários de drogas e pessoas envolvidas em furtos. No entanto, a decisão deixou a comunidade desassistida. "Ficamos sem acesso. Parece que fomos esquecidos", lamenta Aline.

A situação se agrava para famílias com crianças em idade escolar. Érica da Silva, moradora da região há mais de 25 anos, enfrenta dificuldades diárias para levar os filhos à Escola Classe 8 do Guará. "Nos dias de chuva, quando o córrego enche, eles não conseguem ir para a escola. A escola sempre reclama da falta, mas não sabem o que passamos. Muitas vezes, precisamos levar uma roupa extra para vesti-los do outro lado", relata.

Segundo Érica, a comunidade já procurou a administração regional para solicitar a construção de uma nova ponte, mas até o momento não recebeu resposta. "Queremos que vejam nosso lado. As crianças precisam estudar e essa travessia coloca a saúde e a segurança delas em risco", afirma.

Manuel Horácio da Silva, de 73 anos, mora há 20 anos na região e acompanha de perto o abandono da área. Segundo ele, a comunidade tentou construir uma passagem improvisada, mas a força da água levou tudo. "Dizem que não tem dinheiro para fazer uma ponte simples. Meu filho e minha nora atravessam dentro da água suja todos os dias", conta.

A tentativa de erguer uma ponte mais resistente foi impedida pelos órgãos responsáveis, que alegaram a necessidade de autorização para qualquer obra no local. "Se a gente fosse fazer com nosso próprio dinheiro, ainda assim precisaríamos pedir permissão. Mas enquanto isso, seguimos sem solução", lamenta Manuel.

Diante da situação, o **Jornal de Brasília** entrou em contato com a administração regional do Park Way, que responderam em nota: "A Administração Regional do Park Way está em tratativas com diversos órgãos do GDF para viabilizar uma solução para a travessia sobre o Córrego Vicente Pires. Seguimos acompanhando a situação e reforçamos nosso compromisso em buscar alternativas para atender à demanda da comunidade.

Juntamente à administração, a Novacap informa que realizou a vistoria no local e aguarda a formalização pela administração do convênio para prestação de serviços, aprovação do órgão ambiental e a disponibilização de recursos para a execução.

FEMINICÍDIO

Homem tenta matar mulher no Paranoá

AMANDA KAROLYNE
redacao@grupojbr.com

Um homem de 36 anos foi preso pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) por tentativa de feminicídio no Paranoá. Ele é acusado de dar quatro facadas em uma mulher de 42 anos. O crime ocorreu na última terça-feira, na Quadra 301 do Del Lago II.

Segundo dados da PMDF, uma equipe foi acionada para atender uma ocorrência de violência doméstica. Ao chegar ao local, os policiais encontraram a vítima, com ferimentos devidos as facadas.

Depois de atingir a mulher, o suspeito fugiu da cena do crime, mas foi localizado em seguida pelos militares, que também apreenderam a faca utilizada para golpear a vítima.

Segundo a polícia, o acusado da tentativa de feminicídio foi encaminhado para a 6ª Delegacia de Polícia no Paranoá, para as devidas providências.

De acordo com a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), a vítima foi socorrida por populares e encaminhada ao Hospital Regional do Paranoá. Ela recebeu atendimento médico e até o fechamento desta edição, estava internada. Ainda de acordo com a PCDF, o quadro de saúde dela é estável.





EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Extraordinária

Nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, com as alterações da Resolução CVM 204/2024, ficam os senhores acionistas da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, de forma parcialmente digital, no dia 24 de abril de 2025, às 15h40, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. **Homologação da Operação de Aumento de Capital referente ao Decreto 12.057/2024.**
2. **Alteração do Estatuto Social da Companhia.**
3. **Autorização de Aumento de Capital da Companhia referente ao Decreto nº 12.325/2024.**

INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARCIALMENTE DIGITAL

Formas de Participação

Em atenção ao § 4º do art. 5º da Resolução CVM 81, a Telebras informa que a **Assembleia será realizada de modo parcialmente digital**. A Companhia entende que a realização da Assembleia Geral Extraordinária de forma parcialmente digital possibilita maior participação dos acionistas, e, por consequência, aumenta a representatividade das deliberações a serem tomadas na Assembleia.

Assim, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia ou presencialmente. Caso o acionista deseje participar presencialmente, deverá comparecer à sede da Companhia, localizada no seguinte endereço: Setor Indústria Gráfico - SIG Quadra 4, Bloco A salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center – Brasília, Distrito Federal, CEP 70610-440.

As regras e os procedimentos constarão no "**MANUAL DE PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS**" disponível, a partir de 20.03.2025, no seguinte endereço eletrônico: https://www.telebras.com.br/investidores/assembleias/.

Os acionistas que desejarem participar, presencialmente ou via Plataforma Digital, deverão depositar o "CADASTRO DE PARTICIPANTE" assinado até o dia 22.04.2025, impreterivelmente. Os acionistas que optarem por participar de modo presencial, poderão, excepcionalmente, apresentar a documentação no dia da Assembleia. Neste caso, a Companhia informa que estará apta a recebê-la das 13h30m às 15h, no local onde a reunião será realizada.

Todos os acionistas que realizarem o depósito do documento acima mencionado poderão participar e votar na Assembleia.

Boletim de voto a distância

Nos termos do artigo 30-A da Resolução CVM nº 81, com as alterações introduzidas pela Resolução CVM 204/24, a Companhia informa que não disponibilizará o Boletim de Voto a Distância, a menos que requisitado por acionistas titulares de 0,5% (meio **por cento) do capital social.**

Informações adicionais

Encontra-se à disposição dos acionistas, na sede social da Empresa, no Setor Indústria Gráfico - SIG Quadra 4, Bloco A salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center – Brasília, Distrito Federal, CEP 70610-440, na Assessoria de Relações com o Investidores, e nos endereços eletrônicos da Companhia (http://www.telebras.com.br/investidores) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (http://www.cvm.gov.br), toda a documentação pertinente à matéria que será deliberada nesta Assembleia Geral Extraordinária. Em caso dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com a Assessoria de Relações com Investidores da Companhia, pelo telefone (61) 2027-1410 ou pelo e-mail ari@telebras.com.br.

Brasília, DF, 18 de março de 2025.
Júlio Francisco Semeghini Neto
Presidente do Conselho de Administração
Representante do Ministério das Comunicações (MCom)

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



PRIMEIRA TURMA DO SUPREMO

Tudo igual na "câmara de gás"

STF forma maioria para manter Moraes, Dino e Zanin em julgamento contra Bolsonaro e aliados

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria ontem contra os pedidos para afastar os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin do julgamento da suposta trama golpista de 2022. Os ministros analisam recursos das defesas do ex-presidente Jair Bolsonaro, do ex-ministro Braga Netto e do general Mario Fernandes, que pedem a suspeição ou o impedimento dos três ministros.

O julgamento começou nessa quarta e termina às 23h59 de hoje. O presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso, relator do caso, votou contra o afastamento dos ministros e foi acompanhado por Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Flávio Dino, Dias Toffoli, Edson Fachin e Cármen Lúcia. Os ministros julgam quatro recursos diferentes que pedem o afastamento. Dino, Zanin e Moraes se declararam impedidos de votar nos processos em que são alvos. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, se manifestou contra os pedidos das defesas.

Os advogados pedem o impedimento de Dino por ter entrado com uma queixa-crime contra Bolsonaro no Supremo, em janeiro de 2021, processo ainda em aberto. No caso de Zanin, os advogados alegam que o ministro atuou na campanha presidencial de Lula e assina pedido de investigação judicial contra o ex-presidente denunciado.

"Como se verifica, a pré-existência de queixa-crime envolvendo, de um lado, o juiz, e de outro lado, a parte, é causa típica de impedimento", diz a defesa de Bolsonaro.

No caso de Moraes, a defesa de Braga Netto alega que o ministro seria uma das vítimas dos planos golpistas de 2022, de acordo com a PGR, o que o tornaria um interessado direto no processo.

Barroso, no voto, disse que o recurso das defesas dos três investigados não traz novidade em relação aos pedidos de afastamento já rejeitados pelo ministro. "Sem desmerecer os argumentos apresentados pela defesa, e considerando que os fatos narrados na petição inicial desta arguição de impedimento não encontram amparo em nenhuma das causas previstas em rol taxativo do art. 252 do CPP, não há como acolher o presente recurso", afirma Barroso no processo contra Zanin.

O presidente do Supremo também diz que o pedido de suspeição de Moraes não deve prosperar por não demonstrar, de forma clara e objetiva, a parcialidade do ministro no processo. "Alegações genéricas no sentido de que a autoridade arguida estaria na condição de inimigo capital do requerente [Braga Netto] não conduzem ao automático reconhecimento da suspeição."

ANTONIO AUGUSTO/STF



Barroso disse em seu voto que o recurso das defesas não traz novidade

Datas dos julgamentos

A Primeira Turma do Supremo marcou data para analisar o recebimento da denúncia contra três dos cinco grupos acusados pela PGR. O núcleo central, composto por Bolsonaro e outros sete, irá a julgamento em 25 e 26 de março; o núcleo militar que inclui o general Estevam Theophilo, dez militares e um policial federal será levado ao STF em 8 e 9 de abril.

Zanin escolheu o dia 29 de abril para o recebimento da denúncia do núcleo acusado de elaborar ações para a trama golpista. O grupo é integrado por Silvinei Vasques (ex-chefe da PRF), Mario Fernandes (general da reserva autor do plano Punhal Verde e Amarelo) e outros quatro.

Barroso já tinha negado a suspeição dos ministros em 28 de fevereiro. O ministro destacou na decisão a insistência dos advogados em afastar a trinca do Supremo. "Registro que esta é a quarta oportunidade em que a defesa técnica do requerente apresenta arguições de impedimento a esta corte", disse.

As defesas apresentaram recursos contra a decisão de Barroso, e o presidente do STF marcou o julgamento para esta quarta. O objetivo é garantir que a Primeira Turma do Supremo se reúna na próxima semana para julgar o recebimento da denúncia contra Bolsonaro, Braga Netto e outros seis denunciados com a segurança de uma decisão final do plenário sobre o tema.

Mesmo se houver pedido de vista ou destaque quando o caso é retirado do ambiente virtual para ser apreciado presencialmente , não deverá haver impacto sobre o julgamento da denúncia marcado para a próxima terça-feira.

Segundo auxiliares de ministros, o tipo de recurso apresentado pelas defesas não tem efeito suspensivo ou seja, a decisão de Barroso seguirá válida, e eventual atraso na análise da suspeição não impacta o julgamento da denúncia contra Bolsonaro.

Estratégia

A estratégia das defesas é, com a suspeição dos ministros, alterar a composição da Primeira Turma do Supremo, chamada por Bolsonaro de "câmara de gás" por causa da rigidez dada a processos penais. O colegiado é formado por Moraes, Cármen Lúcia, Cristiano Zanin, Flávio Dino e Luiz Fux.

O plenário do Supremo julgou em dezembro um pedido de Bolsonaro para tirar Moraes da relatoria das ações sobre a tentativa de golpe de Estado de 2022. Só André Mendonça foi favorável ao afastamento do colega.

Mendonça entende que Moraes seria uma das vítimas dos crimes investigados pela Polícia Federal. "Entendo que a peça recursal ora apreciada apresenta de forma clara, objetiva e específica as razões fáticas e jurídicas para a caracterização do impedimento do ministro relator", disse (*Da Folhapress*).

William Waack

redacao@grupojbr.com



Colheita de resultados

Na visão de Lula é infalível a fórmula de injetar dinheiro para consumo e esbravejar na peleja ricos contra pobres. É o que promete a reforma do IR para fazer "ricos" pagarem por um benefício para "pobres" (a isenção para quem ganha até R$ 5 mil por mês).

Há anos que se apontam as severas distorções do sistema tributário brasileiro e sua falta de progressividade - um dos piores exemplos entre as maiores economias do mundo. Se aprovada como proposta, a reforma vai reduzir para apenas 10% da população economicamente ativa a base de contribuintes do IRPF.

Embora eloquente como retrato do nível de desigualdade do país, não é isto que está em discussão. Nem se trata também de "justiça histórica" em relação à tungada sofrida por contribuintes há décadas por conta da falta de correção da tabela do IR.

Trata-se exclusivamente de recuperação da popularidade perdida por meio de medidas de incentivo ao consumo das quais a isenção do IR é apenas a mais recente. Com o "bônus" suplementar de permitir a Lula se apresentar como pai dos pobres, condição da qual andava afastado.

A questão é saber se o presidente vai colher os resultados que espera. A resposta é um provável "não", e por razões alheias à questão de mérito da reforma do IR. Antecipa-se que ela passe no Congresso pois é sedutora a narrativa da bondade com dinheiro "dos ricos", e aí está o primeiro problema para Lula.

Como o Centrão se mostra disposto em grande medida a apoiar a proposta, o ganho político eleitoral se espalha em vez de se concentrar na figura do "pai dos pobres". É o que já acontece com programas assistencialistas, largamente percebidos como "política de Estado", e não como presente do Lula.

O segundo problema para Lula colher os resultados político-eleitorais esperados é de natureza mais ampla.

Os estrategistas do governo tendem a considerar fatores isolados, como a inflação de alimentos, para tentar entender as causas da perda de popularidade. Sem terem encontrado até aqui uma resposta clara para o fato de que incentivos ao consumo e mercado de trabalho aquecido não melhoraram a aprovação do presidente - ao contrário.

O que explica o mau humor em largas parcelas da população em relação ao governo é a noção de sufoco trazida por impostos altos, juros altos, inflação alta, maus serviços públicos, saúde precária, educação deficiente e falta de segurança. É um poderoso mix corrosivo da popularidade de qualquer político, ainda mais quando se trata de uma figura antiga, como Lula, que se esmera hoje em repetir o que já disse e já fez.

E que continua acreditando, como demonstra o episódio da isenção do IR, em bala de prata para popularidade.

*Jornalista e apresentador do Programa WW, da CNN.

DoAltoDaTorre

Com Carolina Freitas

Eduardo Brito
edubrito.252525@gmail.com



Mais vagas em creches

INSTAGRAM



A vice-governadora Celina Leão fez questão de aparecer como apresentadora da solenidade em que o governador Ibaneis Rocha entregou a primeira creche pública da Vila Planalto. Celina apresentou as dirigentes da creche, todas mulheres (*foto*), e resumiu os números levados por Ibaneis. No começo do atual governo, 27.500 crianças brasilienses esperavam por creches. Hoje são apenas 3 mil, e esse número se reduz a cada mês. Para Celina, é uma vitória das mulheres: com a existência de creches, não só as crianças encontram segurança e educação, mas elas próprias ganham autonomia e abrem a possibilidade de trabalho.

Embate com Lula

Durante agenda na Vila Telebrasília, nesta quarta-feira, o governador Ibaneis Rocha afirmou não ter embate com o presidente Lula. A fala se deu após o chefe do Executivo do Distrito Federal declarar que não pisa no mesmo terreno que o presidente do Brasil esteja presente. “Não tenho nenhum tipo de embate com o presidente Lula, ele cometeu um ato, errado na minha visão, mas que pra mim não tem nenhum problema, ao dizer que eu era cúmplice do 8 de Janeiro”, ressaltou. “Eu não posso compactuar com uma coisa dessa [8 de Janeiro] e o resultado saiu agora com a decisão do Supremo. Mas eu não tenho nenhum tipo de embate com o presidente Lula, quero que o governo dele dê certo até porque o Brasil precisa disso”, acrescentou. A fala do governador Ibaneis repercutiu na terça-feira, após ele não ir à cerimônia de posse dos eleitos para o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por conta da presença de Lula. A rusga surgiu pelo fato de o presidente Lula ter acusado, em um documentário, Ibaneis de ser cúmplice dos atos de 8 de Janeiro. Naquele momento, Ibaneis ficou muito irritado – inclusive por estar em situação de exigir um pedido de desculpas, já que o inquérito do STF sobre a suposta omissão dele nos atos de 8 de janeiro de 2023 foi arquivado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, com base em parecer do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Agora, porém, Ibaneis mostrou que não pretende levar o desentendimento avante.

Como funcionará a CPI do Melchior

CAROLINA CURI/AGÊNCIA CLDF



Autora do requerimento que deu origem à criação do colegiado, a distrital Paula Belmonte (*foto*) foi eleita presidente da CPI do Rio Melchior, na noite desta terça-feira, na Câmara Legislativa. Joaquim Roriz Neto (PL) é o vice. E a relatoria ainda deve ser definida. “Quero agradecer a confiança desse Parlamento e registrar meu compromisso de trazer uma resposta para toda a sociedade do Distrito Federal”, discursou Paula, logo após a decisão. Além de apurar a origem da contaminação do rio, a CPI tem o objetivo de investigar a possível omissão dos órgãos de fiscalização e os impactos da poluição na saúde dos moradores das regiões administrativas de Samambaia, Ceilândia e Sol Nascente/Por do Sol, onde vivem cerca de 1,3 milhão de pessoas. Os membros do colegiado foram indicados pelos partidos e blocos parlamentares da CLDF. Os titulares são: Paula Belmonte (Cidadania), Gabriel Magno (PT), Joaquim Roriz Neto (PL), Rogério Morro da Cruz (PRD) e Daniel Donizet (MDB). Seus suplentes são, respectivamente: Max Maciel (Psol), Chico Vigilante (PT), Thiago Manzoni (PL), Martins Machado (Republicanos) e Hermeto (MDB). O requerimento destaca que as investigações se concentraram no período de 2010 até os dias atuais, já que, desde 2014, o Conselho de Recursos Hídricos do DF classificou o rio na categoria mais crítica de contaminação (Classe 4). A comissão terá prazo inicial de 180 dias para apurar os fatos, podendo ser prorrogada por igual período. “O Rio Melchior está morrendo, e precisamos agir com urgência para evitar um desastre ambiental ainda maior. Há denúncias de que a contaminação da água tem causado doenças na população local. Essa CPI será fundamental para identificar os responsáveis e cobrar medidas efetivas para reverter esse cenário”, afirmou Paula Belmonte.

Auditório lotado

Chamou a atenção o grande número de pessoas que lotaram o auditório da Câmara Legislativa, na noite de terça-feira. Eram quase 400 mulheres e seus familiares que foram prestigiar uma homenagem proposta pela Procuradora da Mulher, distrital Paula Belmonte. Ela fez questão de entregar as moções pessoalmente e tirar fotos individuais com cada uma das homenageadas.

Saudável, mas econômico

CAROLINA CURI/AGÊNCIA CLDF



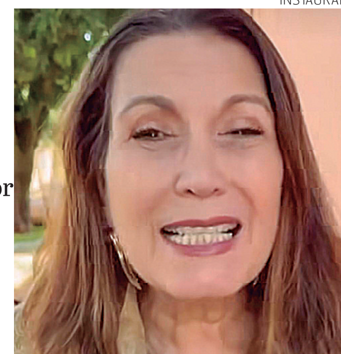
O novo restaurante da Câmara Legislativa está um sucesso. Servidores e distritais aprovam o menu, o preço, o atendimento... está sempre cheio! Mas, nesta semana, um deputado devolveu a sobremesa. Achou caro pagar R$ 15 por três fatias de melancia. E foi alguém que sabe o valor do dinheiro: o distrital Chico Vigilante (*foto*).

Mais vagas para mulheres em cargos eletivos

Deve ser votado ainda esta semana, assim de repente, o novo Código Eleitoral. Tem pontos mais chamativos, como o aumento de vagas para mulheres. Mas são as entrelinhas, é claro, que representam as mudanças para valer. O Código incorpora, por exemplo, o projeto da deputada Dani Cunha, filha do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, que fixa o prazo máximo de oito anos para qualquer pena de inelegibilidade. Os partidos não precisarão mais prestar contas dos gastos eleitorais à Receita Federal. No total, o novo código constitui um calhamaço de 894 artigos em 392 páginas na versão original. Gente malvada diz que em quase 900 artigos, dá para esconder aí algumas centenas de jabotis.

Bia Kicis defende decisão de Eduardo Bolsonaro

INSTAGRAM



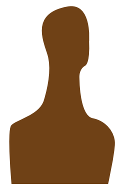
Se a deputada brasiliense Bia Kicis estava mesmo doente, como alegou para não comparecer à manifestação bolsonarista do domingo passado, no Rio, sua recuperação foi rápida. Na noite da última terça-feira, ela já estava de público defendendo a decisão tomada por Eduardo Bolsonaro de se mudar para os Estados Unidos por seis meses, tirando licença sem vencimentos da Câmara dos Deputados. Para Bia Kicis (*foto*), Eduardo Bolsonaro – a quem ela chama de “irmão de fé” – buscará nos Estados Unidos "as devidas punições para as violações dos direitos humanos que estão ocorrendo no Brasil". O objetivo de Eduardo lá fora, garante Bia, é cumprir uma decisão corajosa, de buscar a recuperação dos direitos humanos no país, “já que as pessoas que aqui podem acabar com a ditadura do Judiciário se acovardaram”.

Ofensiva das Big Techs

Já o ex-secretário executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, chamou Eduardo Bolsonaro de “frouxo” e disse que a questão importante é que ele viajou apenas “para organizar a ofensiva das Big Techs contra o Brasil em 2026”. Cappelli diz que pode provar que essa acusação não é um delírio. “Basta conversar com gente séria que tenha monitorado o tráfego nas redes e verificar o que aconteceu em 2018 e 2022”.

Punição maior para quem se aproximar da vítima

A Câmara dos Deputados colocou na agenda – e pode votar a qualquer momento – projeto de lei que tipifica como descumprimento de medida judicial a aproximação do agressor de áreas delimitadas pelo juiz para proteção de vítima de violência contra a mulher. A regra valerá mesmo que a aproximação ocorra com o consentimento expresso da vítima. Ou seja, mesmo se a vítima aceitar que o agressor se aproxime, ele estará proibido de fazer isso. É uma forma de proteger a mulher, ainda que ela fraqueje. A relatora Rogéria Santos (Republicanos) acrescentou a punição pela aproximação do agressor da residência ou do local de trabalho da vítima. Atualmente, a Lei Maria da Penha estabelece pena de reclusão de dois a cinco anos e multa para aquele que descumprir decisão judicial sobre medidas protetivas de urgência previstas na lei.



ARTIGOS

Potencial econômico do DF no PDOT

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) é fundamental para o planejamento da expansão territorial nas próximas décadas: suas diretrizes vão orientar o crescimento ordenado e sustentável do nosso território. Essa lei deve estimular o desenvolvimento levando em conta aspectos econômicos, sociais e questões relacionadas à urbanidade. É essencial que suas ações levem à dinamização do território através da abertura para um maior leque de atividades; o adensamento populacional, a criação de infraestrutura urbana otimizada, a mobilidade e a preservação do meio ambiente.

O mapeamento que subsidia a revisão do PDOT oferece um panorama das possibilidades para o desenvolvimento de novas áreas que demonstram vocação para o crescimento por estarem situadas em eixos importantes como, por exemplo, o nosso eixo sul, que conecta o DF ao entorno de Goiás, cuja população cresce a uma taxa superior à do próprio DF.

Percebemos que algumas regiões próximas às centralidades existentes poderiam receber incentivo à ocupação. É natural que os vetores que conectam estas áreas sejam tratados como novos eixos de desenvolvimento, o que promoveria uma ocupação urbanisticamente sustentável, visto que a infraestrutura urbana será otimizada e novas centralidades serão criadas.

Hoje, o Plano Piloto abriga mais de 45% dos postos de trabalho do DF, o que gera um tráfego intenso de pessoas durante todo o dia. Estima-se que cerca de 170 mil trabalhadores vinculados ao DF residem em Goiás, na divisa. É importante refletirmos sobre o porquê de essas pessoas não conseguirem se instalar no DF, o que contribuiria para aumentar a arrecadação e melhorar sua qualidade de vida.

Ao incentivar a dinamização do território, o PDOT pode equilibrar a balança da ocupação ordenada, aproveitando vazios urbanos. A promoção de novas áreas urbanas bem localizadas, com acesso a atividades econômicas e institucionais, amparadas pela mobilidade, abre oportunidades para uma ampla oferta de habitação digna para as diversas camadas da população, resultando em uma melhoria significativa na qualidade de vida de toda a sociedade.

ANA DE PAULA FONSECA,
diretora de Assuntos Ambientais e Responsabilidade Social da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI-DF)

Cuidado com a malha fina

O Imposto de Renda 2025 iniciou no dia 17 de março, mas um problema já preocupa milhões de contribuintes: a Declaração Pré-Preenchida, um dos principais facilitadores do processo, não está disponível no início do prazo, conforme informou a Receita Federal. A ferramenta, que permite a importação automática de dados como rendimentos, despesas médicas e investimentos, só será liberada a partir de 1º de abril.

Esse atraso coloca os contribuintes em um dilema: esperar a liberação da pré-preenchida e correr contra o relógio para entregar dentro do prazo ou preencher manualmente e assumir o risco de erros? A resposta errada pode custar caro, levando à temida malha fina.

Por que a declaração pré-preenchida é tão importante? Desde que foi implementada, a funcionalidade tem sido um grande aliado dos contribuintes. Através dela, dados fornecidos por empresas, bancos, corretoras e planos de saúde são importados diretamente para a declaração, reduzindo as chances de erro e omitindo informações cruciais.

Em 2024, mais de 24 milhões de declarações foram enviadas com o uso da pré-preenchida, representando 40% do total. O aumento da adesão à ferramenta é justificado pela segurança e praticidade que ela oferece. Com a Receita já de posse dos dados antes da entrega da declaração, qualquer divergência entre o que foi informado pelo contribuinte e as fontes pagadoras pode ser identificada rapidamente, aumentando as chances de cair na malha fina.

Com o atraso na liberação, quem desejar entregar a declaração rapidamente para garantir prioridade na restituição terá que preencher tudo manualmente, aumentando a chance de erros como: erros de digitação em valores de rendimentos e despesas; Omissão de fontes pagadoras, especialmente para quem teve mais de um emprego no ano; Diferença entre os dados declarados e os enviados por empresas e bancos.

O problema é que, ao cair na malha fina, o contribuinte não só pode ter a restituição bloqueada, como também pode ser chamado para prestar esclarecimentos à Receita Federal e até pagar multas caso haja valores a serem ajustados.

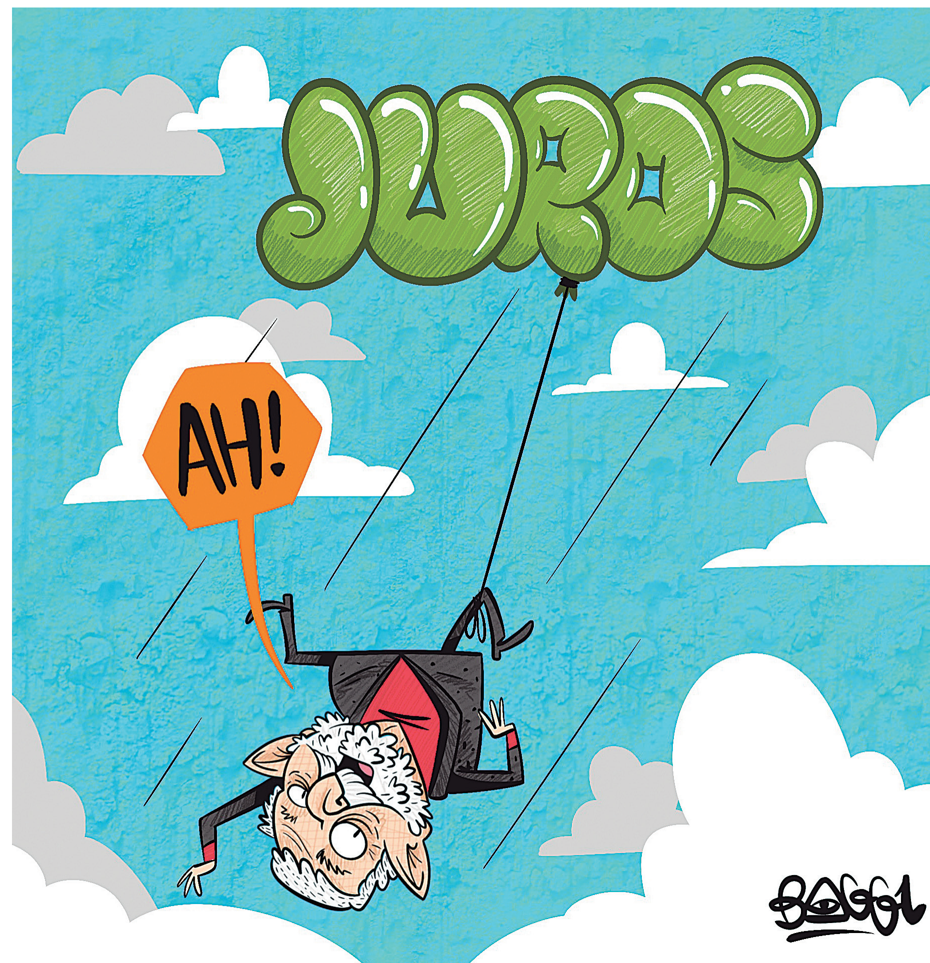
Apesar do impacto da decisão, a Receita Federal não deu explicações detalhadas sobre o motivo do atraso na liberação da pré-preenchida. O que se sabe é que o sistema da Receita ainda está processando as informações enviadas por empresas, bancos e planos de saúde, o que só deve ser concluído até o final de março.

Isso significa que, mesmo que o erro não seja do contribuinte, a responsabilidade por qualquer inconsistência será dele. Se os dados informados manualmente divergirem do que a Receita tem no banco de dados, será o contribuinte quem terá que prestar esclarecimentos e, se necessário, pagar impostos adicionais.

Essa postura da Receita contrasta com a de outros países, onde o Fisco é mais transparente sobre falhas e oferece alternativas para evitar penalizações injustas. No Brasil, a abordagem é diferente: "se vire para acertar sua declaração ou sofra as consequências."

ANDRÉ CHARONE,
contador, professor universitário e Mestre em Negócios Internacionais pela Must University (Flórida-EUA)

CHARGE



CARTASDOLEITOR

Pai...

O tempo levou-te do meu olhar, mas nunca da minha vida. Escuto no silêncio das minhas madrugadas o eco das tuas palavras que ficaram gravadas em mim, e na memória as tuas mãos que seguraram as minhas tantas vezes sem que eu pedisse. Tu ainda permaneces... porque me habitas.

Pai. Palavra pequena, mas que carrega o peso do mundo. Nome que se diz em tantas línguas, em tantas vozes, com tantos sentimentos. Há quem a diga com um brilho nos olhos, há quem a murmure em saudade. Há quem a guarde no peito como um porto seguro e há quem a procure no silêncio da ausência. Porque a maior herança que o pai pode deixar não se escreve em testamentos, mas nos corações dos filhos. Herança replicada vezes sem conta em sinais no meio da humanidade. Este é o verdadeiro milagre da paternidade: continuar a viver nos que ficam.

Vejo o mundo e pergunto-me que legado estamos a deixar. Enviamos os filhos para a guerra, enterramos os filhos em valas comuns, sepultamos os filhos sobre escombros, fazemos os filhos passarem fome e sede, terem vidas de indigentes, perderem a sua humanidade... e num gesto de perdão, quando fecho os olhos penso: "O que dirias tu?".

Ser pai é mais do que um laço de sangue. É imprimir no coração dos filhos um sentido para a vida que vá para além do efémero. O que fica é o amor. Ser pai é muito mais do que dar a vida. É ensinar a viver. É moldar caracteres, formar consciências, semear valores que não se perdem com o tempo. O que fica é a vida vivida. Um legado que se entranha na alma dos filhos e os acompanha para sempre. Ser pai é tocar o infinito. Eu ainda estou longe, sou um mero aprendiz na arte de ser pai...

MIGUEL-ÂNGELO ABREU,
Minas Gerais-MG

Manutenção

Está sendo um grande desafio lidar com algumas obras noturnas do Metrô-DF em Águas Claras. Sei que é necessário, mas sofremos muito com o grande barulho que se faz nessas manutenções dos trilhos.

A Companhia deveria tentar achar uma forma que não comprometa o funcionamento do transporte, mas que também não seja inconveniente para os moradores. Porque quem mora perto não consegue dormir.

IRANILDE VASCONCELOS,
Águas Claras-DF

CARTAS PARA A REDAÇÃO: cartas@grupojbr.com
SIG trecho 1 - Lote 765 - Brasília - DF - CEP 70610-400.
Inclua nome completo, endereço e identidade

As charges, artigos e comentários publicados nesta página são a opinião de seus autores. E não refletem necessariamente a opinião deste jornal

Eufrázio



DADOS DE 2024

Falta de saneamento adoeceu 344 mil pessoas no país

Incidência de doenças aumentou em razão da epidemia de dengue, elevando níveis também no DF

O Brasil registrou mais de 344 mil internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado em 2024, sendo que 168,7 mil estão relacionadas a alguma infecção propagada por um inseto-vetor, principalmente a dengue.

Em segundo lugar, vêm as doenças de transmissão feco-oral (transmitidas pelas fezes de um indivíduo infectado), como as gastroenterites causadas por vírus, bactérias ou parasitas, com 163,8 mil casos.

Os dados são de pesquisa divulgada pelo Instituto Trata Brasil ontem, antecipando o *Dia Mundial da Água*, comemorado em 22 de março.

Apesar do grande número absoluto – que representa quase 950 internações por dia – desde 2008, os registros têm caído, em média, 3,6% ao ano.

VÍTOR MENDONÇA/JORNAL DE BRASÍLIA



Doenças transmitidas por insetos, como a dengue, e de caráter feco-oral foram as maiores causadoras de internações em 2024

Situação nas regiões

A situação em algumas regiões é mais preocupante. No ano passado, a incidência de internações na região Centro-Oeste foi a maior do Brasil – 25,5 a cada dez mil habitantes – por causa do surto de dengue. O Distrito Federal liderou a taxa de incidência de internações por DRSAI na região, sendo 36,2 internações a cada dez mil habitantes.

Já a região Norte registrou 14,5 internações a cada dez mil habitantes por doenças de transmissão feco-oral, o dobro da taxa brasileira. Os estados em pior situação foram o Amapá, com incidência de 24,6 internações e Rondônia, com 22,2 internações por dez mil habitantes.

A região Nordeste registrou uma taxa geral próxima da média brasileira, mas também se destacou negativamente na análise de transmissões feco-orais. Além da região ter a segunda maior taxa de incidência do país, com 12,6 internações a cada dez mil habitantes, no estado do Maranhão, essa taxa chegou a 42,5, seis vezes mais do que a média brasileira.

Apesar de não ser a única causa, essas doenças estão bastante relacionadas à falta de saneamento, já que são resultado da infecção por vírus, bactérias ou parasitas eliminados nas fezes de uma pessoa doente, e que são transmitidas para outras pessoas principalmente pelo consumo de água e alimentos contaminados e pela falta de higienização das mãos.

As doenças transmitidas por insetos também têm relação com o saneamento, porque o acúmulo de lixo favorece a proliferação desses animais.

Mais afetados

Por causa disso, o Instituto Trata Brasil ressalta que elas afetam com maior intensidade as populações de menor status socioeconômico.

Em 2024, 64,8% do total de internações foram de pessoas pretas ou pardas. Apesar dos indígenas responderem por apenas 0,8% do total, a incidência entre eles ficou em 27,4 casos a cada dez mil habitantes.

As crianças e os idosos são os que costumam adoecer com mais gravidade, necessitando de internação. Entre as pessoas hospitalizadas em 2024, cerca de 70 mil eram crianças de até 4 anos, ou 20% do total. Nessa faixa etária, a incidência foi de 53,7 casos a cada dez mil pessoas, três vezes mais do que a média de todas as idades.

Já entre as pessoas com mais de 60 anos, a incidência foi 23,6, com cerca de 80 mil internações, ou 23,5% do total.

O Instituto Trata Brasil estima que o avanço da oferta de água tratada e da coleta e tratamento de esgoto pode reduzir em quase 70% a taxa de internações do país e promover uma economia de R$ 43,9 milhões por ano.

Mortalidade

O estudo também analisa a mortalidade associada a essas doenças, em comparação com dados de 2023. Neste ano, foram registradas 11.544 óbitos por doenças relacionadas ao saneamento ambiental, a maioria - 5.673 casos - por infecções feco-oral, e outras 5.394 causadas por doenças transmitidas por insetos.

Os óbitos caíram entre 2008 e 2023 no país. No entanto, na maior parte dos municípios brasileiros, esse indicador ficou estagnado e em 1.748 cidades, a taxa de mortalidade cresceu neste período.

As mortes, em 2023, foram bastante superiores entre os idosos, com 8830 ocorrências, ou 76% do total. Já o recorte por etnia mostra que a taxa de óbitos entre os indígenas foi quatro vezes superior à da população em geral, apesar da quantidade absoluta de casos ser bem menor do que entre as pessoas brancas ou negras.

Em 2024, 64,8% do total de internações foram de pessoas pretas ou pardas. Entre as pessoas hospitalizadas em 2024, cerca de 70 mil eram crianças de até 4 anos, ou 20% do total. Nessa faixa etária, a incidência foi de 53,7 casos a cada dez mil pessoas.





EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária 2025

Nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, com as alterações da Resolução CVM 204/2024, ficam os senhores acionistas da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, de forma parcialmente digital, no dia 24 de abril de 2025, às 15h, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2024;
2. Proposta da Administração para destinação do resultado;
3. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria, dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário;
4. Eleição de membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal;
5. Retificação do Item 1 da ordem do dia da 116ª assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada dia 08 de janeiro de 2024, para adequar o prazo a Lei nº 13.303 e seu Decreto Regulamentado.

INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARCIALMENTE DIGITAL

Formas de Participação

Em atenção ao § 4º do art. 5º da Resolução CVM 81, a Telebras informa que a Assembleia será realizada de modo parcialmente digital. A Companhia entende que a realização da Assembleia Geral Ordinária de forma parcialmente digital possibilita maior participação dos acionistas, e, por consequência, aumenta a representatividade das deliberações a serem tomadas na Assembleia.

Assim, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia ou presencialmente. Caso o acionista deseje participar presencialmente, deverá comparecer à sede da Companhia, localizada no seguinte endereço: Setor Indústria Gráfico - SIG Quadra 4, Bloco A salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center – Brasília, Distrito Federal, CEP 70610-440.

As regras e os procedimentos constarão no "**MANUAL DE PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS**" disponível, a partir de 20.03.2025, no seguinte endereço eletrônico: https://www.telebras.com.br/investidores/assembleias/.

Os acionistas que desejarem participar, presencialmente ou via Plataforma Digital, deverão depositar o "CADASTRO DE PARTICIPANTE" assinado até o dia 22.04.2025, impreterivelmente. Os acionistas que optarem por participar de modo presencial, poderão, excepcionalmente, apresentar a documentação no dia da Assembleia. Neste caso, a Companhia informa que estará apta a recebê-la das 13h30m às 15h, no local onde a reunião será realizada.

Todos os acionistas que realizarem o depósito do documento acima mencionado poderão participar e votar na Assembleia.

Boletim de voto a distância

Nos termos do artigo 30-A da Resolução CVM nº 81, com as alterações introduzidas pela Resolução CVM 204/24, a Companhia informa que não disponibilizará o Boletim de Voto a Distância, a menos que requisitado por acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) do capital social.

Informações adicionais

Encontra-se à disposição dos acionistas, na sede social da Empresa, no Setor Indústria Gráfico - SIG Quadra 4, Bloco A salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center – Brasília, Distrito Federal, CEP 70610-440, na Assessoria de Relações com o Investidores, e nos endereços eletrônicos da Companhia (http://www.telebras.com.br/investidores) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (http://www.cvm.gov.br), toda a documentação pertinente à matéria que será deliberada nesta Assembleia Geral Ordinária. Em caso dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com a Assessoria de Relações com Investidores da Companhia, pelo telefone (61) 2027-1410 ou pelo e-mail ari@telebras.com.br.

Brasília, DF, 18 de março de 2025.
Júlio Francisco Semeghini Neto
Presidente do Conselho de Administração
Representante do Ministério das Comunicações (MCom)

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal***

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



ATA DO COPOM

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Na segunda reunião sob o comando de Galípolo, novo presidente do BC, o Copom cumpriu o choque de juros prometido em dezembro de 2024

Selic sobe para 14,25%

Aumento do BC é o quinto consecutivo e o terceiro com elevação de um ponto percentual

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou ontem a taxa básica de juros (Selic) em um ponto percentual, de 13,25% para 14,25% ao ano, mesmo nível atingido durante a crise do governo de Dilma Rousseff (PT).

A decisão foi unânime entre todos os membros do colegiado. No comunicado, o comitê sinalizou que os juros vão continuar subindo na próxima reunião, em maio, e que pretende fazer uma nova alta de menor intensidade. Apesar da indicação, evitou se comprometer com qualquer ritmo de ajuste no próximo passo.

Na justificativa, o colegiado do BC citou a continuidade do "cenário adverso" para a convergência da inflação, a elevada incerteza e as defasagens do efeito da alta de juros sobre a economia.

Com a terceira alta seguida de mesma intensidade, os juros igualaram o patamar observado em outubro de 2016. Na época, também para combater uma inflação resistente, a taxa básica ficou estacionada em 14,25% durante um ano e três meses, a partir do fim de julho de 2015, atravessando o impeachment da petista.

O Copom repetiu que a extensão total do ciclo de alta de juros dependerá da evolução da trajetória e das projeções de inflação, das expectativas, do hiato do produto (diferença entre o crescimento potencial da economia e o efetivo) e do balanço de riscos.

O comitê voltou a defender a necessidade de uma política de juros mais contracionista, ou seja, uma atuação que ajude a frear a força da atividade econômica de forma a controlar o avanço da inflação. Isso porque vê o cenário marcado por nova piora das expectativas, projeções de inflação elevadas, economia ainda forte e pressões no mercado de trabalho.

Na segunda reunião sob o comando de Gabriel Galípolo, novo presidente do BC, o Copom cumpriu o choque de juros prometido ainda em dezembro do ano passado (reafirmado em janeiro), completando três movimentos de um ponto percentual.

3,75
FOI O AUMENTO PERCENTUAL DA SELIC DESDE SETEMBRO

A decisão de ontem já era dada como certa pelo mercado financeiro. Levantamento feito pela *Bloomberg* mostrou que a elevação da Selic em um ponto percentual era a projeção unânime de todos os economistas consultados, em linha com a sinalização dada pelo próprio comitê no encontro anterior.

Desde o início do ciclo de alta de juros, em setembro de 2024, já foram cinco aumentos consecutivos. A Selic saiu de 10,5% ao ano e já acumula elevação de 3,75 pontos percentuais. Ainda sob a gestão de Roberto Campos Neto no BC, a primeira elevação foi gradual, de 0,25 ponto percentual.

O comitê acelerou o passo pela primeira vez em novembro, com um aumento de 0,5 ponto, e no encontro seguinte, em dezembro, optou por um movimento mais agressivo. Além de subir a Selic em um ponto percentual, prometeu mais duas altas da mesma intensidade nas reuniões seguintes, em janeiro e março. Agora, concretizou a segunda parte da estratégia.

Desde o encontro do colegiado de janeiro, houve uma piora adicional nas expectativas de inflação, em especial para 2026. Segundo o último boletim Focus, os analistas esperam que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) termine o próximo ano encostado no teto da meta perseguida pelo BC, em 4,48%.

Para este ano, as estimativas do mercado se afastaram ainda mais do objetivo, passando para 5,66%. O alvo central é 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Isso significa que a meta é considerada cumprida se oscilar entre 1,5% (piso) e 4,5% (teto).

No radar dos economistas está, entre outros temas, a preocupação com a política fiscal expansionista do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em meio à queda de popularidade do presidente, foram apresentadas nas últimas semanas medidas de estímulo à economia, como o novo consignado privado para trabalhadores do setor privado e a liberação do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

No caso da proposta de ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5.000 por mês, há temor pela resistência do Congresso à proposta de compensação apresentada pelo Executivo de cobrar um imposto mínimo dos ricos.

Em paralelo, o cenário é de incerteza no ambiente internacional, com a guerra comercial imposta pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Há dúvidas sobre o efeito das tarifas anunciadas pelo republicano sobre a inflação e a reação do *Federal Reserve* (Fed), o banco central dos EUA, que ontem manteve os juros inalterados no intervalo de 4,25% a 4,50% ao ano.

O comportamento da atividade econômica também tem sido motivo de cautela. O Produto Interno Bruto (PIB) fechou 2024 com alta de 3,4% no acumulado do ano, mas perdeu ritmo no quarto trimestre, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Devido aos efeitos defasados da política monetária sobre a economia, o BC trabalha agora com a inflação do 3º trimestre de 2026 na mira, conforme o sistema de meta contínua. O comitê é hoje composto majoritariamente por representantes indicados por Lula, com sete dos nove membros. O Copom volta a se reunir nos dias 6 e 7 de maio.

Dólar fecha a R$ 5,64 e Bolsa sobe

O dólar caiu 0,44% e encerrou cotado a R$ 5,648 ontem, o menor patamar desde 14 de outubro de 2024, quando fechou em R$ 5,582.

O dia foi pautado pela manutenção da taxa de juros norte-americana por parte do Fed e pela expectativa em torno da decisão do BC sobre a taxa Selic.

A moeda acelerou queda após o parecer do Fed. Na mínima do dia, chegou a R$ 5,632; na máxima, a R$ 5,693, ainda nos primeiros negócios da sessão. A Bolsa teve mais um pregão de ganhos firmes e subiu 0,78%, a 132.508 pontos.

A decisão do Fed em manter a taxa de juros entre 4,25% e 4,5% já esperada pelo mercado, mas ocorre em meio a temores de uma recessão dos EUA, influenciados pelas políticas voláteis dos primeiros dois meses do novo mandato de Donald Trump.

Relação com o real

Quanto maior a diferença entre os juros daqui e os de lá, melhor para o real, que se torna mais atraente para investimentos de "*carry trade*" – quando investidores tomam empréstimos a taxas baixas e aplicam recursos em moedas de países de taxas altas, para rentabilizar sobre o diferencial de juros.

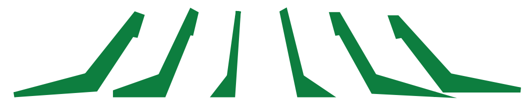
Essa diferença aumenta com um aperto de 1 ponto percentual na taxa Selic por parte do Copom.

"Essa será a última decisão seguindo o *guidance* [indicação] da gestão de Roberto Campos Neto. O mercado está dividido quanto ao tom do comunicado: alguns acreditam que manterá a sinalização de novas altas, ainda que em um ritmo menor, enquanto outros esperam que Gabriel Galípolo deixe a decisão em aberto para a próxima reunião, sem antecipar cortes ou novos aumentos", diz Márcio Riauba, chefe da mesa de operações da StoneX Banco de Câmbio.

Incertezas cresceram

No comunicado, os dirigentes do Fed afirmaram que as incertezas sobre o cenário econômico cresceram, mas que os objetivos seguem sendo atingir o pleno emprego e convergir a inflação à meta de 2%. O "*dot plot*" – ferramenta de comunicação do Fed em formato de gráfico que fornece orientações sobre o futuro da taxa de juros nos EUA – no entanto, mostrou que as políticas de Trump já começaram a entrar na conta dos membros do comitê.

O documento que apresenta as projeções dos dirigentes para a economia trouxe uma diminuição nas expectativas de crescimento do PIB dos EUA este ano, de 2,1% para 1,7%. As de inflação, por outro lado, cresceram de 2,5% para 2,7% (*Da Folhapress*).



ELIMINATÓRIAS DA COPA

Seleção entra em campo hoje

Elenco não contará com Neymar, mas terá Vini Jr, Rodrygo e Raphinha como destaques

EVARISTO SA / AFP



O técnico da seleção, Dorival Júnior, disse não estar preocupado com os tropeços recentes do elenco

A seleção brasileira tem um compromisso decisivo para o técnico Dorival Júnior, que segue pressionado no cargo, quando encara a Colômbia hoje. É mais uma oportunidade para a equipe nacional embalar nas Eliminatórias. A bola rola no Mané Garrincha, em Brasília, às 21h45, e a partida é válida pela 13ª rodada do torneio classificatório à Copa do Mundo de 2026.

O Brasil é o quinto colocado nas Eliminatórias e precisa voltar a vencer para não deixar a zona de classificação ao Mundial. Tem 18 pontos, um a menos que a Colômbia, a quarta. É a oportunidade perfeita, portanto, para ultrapassar o rival, que vem de duas derrotas para Uruguai e Equador.

A seleção brasileira tropeçou nos últimos dois compromissos da Data Fifa - 1 a 1 com Venezuela e Uruguai - e tenta evitar uma marca negativa de mais de 20 anos. A única vez que empatou três jogos consecutivos na história do torneio foi entre novembro de 2003 e março de 2004, contra Peru, Uruguai e Paraguai.

Dorival disse não estar preocupado com os tropeços recentes e entende que existe uma "clara evolução" da seleção sob seu comando, ainda que a equipe não venha jogando bem nem consiga se aproximar dos líderes das Eliminatórias.

"Estamos vivenciando momentos de mudança na seleção, contando com um grupo que está se fortalecendo internamente. As últimas três Datas Fifa foram importantes, foram bem próximas, e houve evolução de rodada a rodada", disse Dorival.

"Estamos melhorando a cada momento, é uma subida gradativa que está acontecendo", disse Dorival, que completará, no domingo, um ano desde a primeira partida como comandante.

Subida gradativa

"Teremos dois compromissos muito complicados, mas nossos adversários também reconhecem a condição da seleção brasileira. Estamos melhorando a cada momento, é uma subida gradativa que está acontecendo", acredita o treinador, que completará, no próximo domingo, um ano desde sua primeira partida como comandante da seleção pentacampeã.

Ele não explicou por que enxerga esse progresso no Brasil. Apenas disse que vê um "futuro promissor" para a equipe, que será armada novamente sem Neymar, lesionado, mas com um trio protagonistas no futebol europeu: Vini Jr e Rodrygo, astros do Real Madrid, e Raphinha, que vive a melhor temporada de sua carreira no Barcelona. Os três vão municiar o jovem João Pedro, centroavante revelado pelo Fluminense e que tem se destacado no Brighton, da Inglaterra.

Endrick, portanto, começa o duelo no banco de reservas, bem como Savinho, que foi testado entre os titulares, mas perdeu a disputa porque Dorival pensou um time com um centroavante para incomodar a zaga colombiana.

"O João flutua muito, mas ele é um homem que tem chegado muito a área, jogando assim na sua equipe. Ora como homem de referência, ora como segundo homem. Ele tem que coordenar essas características que ele possuiu e em cima disso tirar a característica de cada um."

A Colômbia aposta, como sempre, em seu maestro, James Rodríguez, além de atletas importantes que jogam no futebol brasileiro, casos de Santiago Arias (Bahia), Richard Ríos (Palmeiras), Jhon Arias (Fluminense) e Borré (Internacional). "Eles já têm o plano de jogo em mente, mas ainda temos que trabalhar em vários detalhes", disse o técnico Néstor Lorenzo.

Festa no DF

A Praça da Bíblia, em Ceilândia, vai transmitir o jogo gratuitamente durante o evento Comemora Brasília – Fan Fest. O espaço contará com dois megatelões nas laterais do palco. A expectativa é receber 10 mil pessoas *(Da Agência Estado e Agência Brasília)*.

Detran faz intervenções no fluxo de trânsito

As equipes de fiscalização do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) farão intervenções nas vias próximas à Arena BRB Mané Garrincha, em Brasília, devido ao jogo da seleção brasileira.

A estimativa é que 70 mil pessoas participem do evento esportivo, marcado para começar às 21h45.

O Detran-DF atuará no controle de tráfego nas imediações da Arena, em pontos fixos e realizando o patrulhamento na região, a fim de melhorar a fluidez, garantir a segurança e coibir infrações.

Nessa segunda-feira, os agentes de trânsito deram início a implantação da sinalização viária para evitar estacionamento irregular e orientar condutores e pedestres.

Ontem, no período da noite, o estacionamento do Planetário foi isolado, sendo destinado para táxis e veículos de transporte de passageiros por aplicativo.

Hoje, a partir das 16h30, as equipes de fiscalização da autarquia darão início as operações de trânsito para auxiliar a travessia de pedestres, coibir infrações e realizar o controle do tráfego. Além disso, em pontos estratégicos serão utilizados painéis eletrônicos de mensagens para orientar os condutores e pedestres.

Dispersão

Durante a dispersão, a partir das 23h, na altura do estacionamento rotativo, os veículos da saída "A" serão direcionados para a via N1, já os veículos oriundos da saída "B" seguirão no sentido Colégio Militar. O Detran-DF implantará sinalização para canalizar o fluxo de veículos em sentido único, para isso a rotatória da Curva do Chinelo, próxima ao Complexo Aquático Cláudio Coutinho, ficará bloqueada.

A via SRPN, na altura do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), ficará em sentido único, em direção à N1. Na via S1, nos cruzamentos na altura do Memorial dos Povos Indígenas e na altura do Centro de Convenções Ulysses Guimarães será implantada sinalização com cones para facilitar a dispersão do fluxo proveniente da via N1.

Haverá ainda alterações semafóricas em diversos pontos para auxiliar na fluidez do tráfego.

Na via N2 serão realizadas interdições nas rotatórias próximas ao Shopping ID e à 5° Delegacia de Polícia, com o objetivo de direcionar o fluxo de veículos para o Eixo Monumental. Os agentes do Detran-DF farão o fechamento do cruzamento da via N2/W3 Norte, próximo ao Brasília Shopping, impedindo o acesso dos veículos provenientes da W3 à via N2.

Os agentes do Detran implantarão ainda uma sinalização para favorecer a dispersão dos veículos que passarão pela N2 para a W3 Norte.

Recomendações

O Detran-DF recomenda aos condutores a utilizarem as áreas de estacionamento disponíveis na Arena BRB Mané Garrincha, Parque da Cidade, Clube do Choro, anexo do Palácio do Buriti, Setor Hoteleiro Norte (SHN) e Setor de Rádio e TV Norte (SRTVN).

Para as ações de segurança viária durante o evento, o Detran-DF contará com um efetivo de 150 agentes de trânsito, 45 viaturas, oito motocicletas, cinco guinchos e uma aeronave .

RACISMO NO FUTEBOL

MPF apura atuação da CBF

Inquérito vai analisar medidas tomadas no caso de Luighi e da fala de Alejandro Domingues

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou nessa quarta-feira inquérito civil para apurar a atuação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) frente ao caso de racismo contra o jogador Luighi, do Palmeiras, durante a Libertadores sub-20 e sobre as fala do presidente da Conmebol, Alejandro Domingues, que afirmou que a competição sem os brasileiros é como "Tarzan sem Chita".

O procedimento visa também apurar as medidas concretas adotadas tanto pela CBF como pelo Ministério dos Esportes para coibir o racismo no futebol.

O inquérito foi instaurado após pedido da Jus Racial para apurar responsabilidade civil por omissão da CBF no episódio contra Luighi durante partida contra Cerro Porteño, no Paraguai. A entidade, que reúne especialistas em justiça racial, avaliou ter ocorrido negligência da entidade.

Logo após o episódio, ocorrido no dia 6 de março, a CBF emitiu nota de repúdio e afirmou que iria cobrar punições rígidas. A Conmebol determinou que o Cerro Porteño dispute com os portões fechados as próximas partidas da edição de 2025 da Libertadores Sub-20. Procurada, a CBF e o ministério não comentaram a instauração do inquérito.

Luigi foi alvo de racismo durante partida no estádio do Cerro Porteño. Torcedores do time rival fizeram gestos imitando macaco na direção do brasileiro. Um deles, próximo à grade que dividia o campo da arquibancada, segurava uma criança no colo. A partida, válida pelas quartas de final, não foi paralisada no momento do ocorrido.

MAURO PIMENTEL / AFP



Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, não foi ao sorteio da Libertadores como forma de protesto

Após o confronto, questionado sobre o desempenho de sua equipe, Luighi repreendeu o repórter da transmissão oficial do torneio, que havia ignorado o episódio em campo.

"Dói na alma", disse ele, minutos depois, em publicação nas redes sociais. "É a mesma dor que todos os pretos sentiram ao longo da história, porque as coisas evoluem, mas nunca são 100% resolvidas".

A Jus Brasil afirma que a CBF não apresentou defesa técnica do atleta por não ter feito impugnação formal contra a falta de punição ao árbitro por não ter interrompido a partida, como prescreve normas da Conmebol. Também não teria questionado, segundo a entidade, o valor da multa imposta, de R$ 288,4 mil.

Menos de duas semanas depois, Alejandro Domingues fez comentário com teor racista ao ser questionado sobre a possibilidade da Libertadores ser disputada sem clubes brasileiros. A sugestão foi feita pela presidente do Palmeiras, Leila Pereira.

"Seria como o Tarzan sem Chita. Impossível", disse ele. Chita é uma personagem chimpanzé que acompanha o herói Tarzan em aventuras na floresta.

A declaração foi dada em entrevista a jornalistas na noite de ssa-segunda-feira, após o sorteio da fase de grupos da Libertadores. Domínguez pediu desculpas pelas declarações na terça-feira, em nota publicada em suas redes sociais.

"A expressão que utilizei é uma frase popular e jamais tive a intenção de menosprezar nem desqualificar ninguém. Sempre promovi o respeito e a inclusão no futebol e na sociedade, valores fundamentais para a Conmebol", escreveu.

Protesto

Incomodado com a postura da Conmebol no caso de racismo envolvendo o jovem Luighi, o presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, decidiu não ir e nem enviar representantes ao sorteio que definiu os grupos da Libertadores e da Sul-Americana, em Luque, sede da entidade no Paraguai.

Ednaldo entende que as punições aplicadas a torcedores racistas são muito leves e não ajudam sequer a atenuar o problema. Seu pensamento é de que as penas têm de ser esportivas, com perda de pontos, como já está previsto no regulamento do Brasileirão, para que os diminuam os episódios de racismo.

O dirigente se irritou recentemente com a condução do caso. No seu entendimento, a Conmebol premia os racistas e "está pagando para que torcedores sejam racistas", já que se limita a aplicar multas. Há leniência da entidade que comanda o futebol sul-americano, na visão de Ednaldo, o primeiro presidente negro da história da CBF *(Da Folhapress e Agência Estado).*

CAMBISMO

Timão lança operação de combate

O Corinthians vem tendo casa cheia em todos os jogos nesta temporada, o que vai se repetir diante do Palmeiras, dia 27, pela volta da final do Campeonato Paulista. Mesmo com toda a carga dos ingressos sendo vendida pela internet, o clube ainda sofre com o cambismo e resolveu fazer uma campanha antes da decisão para evitar que torcedores seja, lesado. O clube lançou ontem a "Operação Ingresso Legal".

Com a implementação facial em processo de implantação, o Corinthians pretende intensificar medidas contra os cambistas e as vendas de bilhetes terão de passar pelo crivo da direção alvinegra. "A operação inclui ações rígidas e sistemáticas para os logins ativos que fazem a emissão de ingressos e credenciais. A partir de agora, toda solicitação será submetida à aprovação da diretoria, com justificativa detalhada para cada emissão", informou o clube.

Além do monitoramento mais rígido, o próprio Corinthians vem adquirindo bilhetes de sites ilegais na tentativa de identificar os responsáveis pelas emissões irregulares. Desta maneira, já promoveria uma punição automática. O clube realiza outras providências, também, mas que ainda não podem ser divulgadas para que a estratégia não seja prejudicada.

"A diretoria também reafirma que a implementação do reconhecimento facial será um grande aliado no combate ao cambismo. Estudos avançados já estão em andamento, e a previsão é de que o sistema esteja plenamente operacional até junho". O Corinthians ainda cobra que seus torcedores denunciem qualquer página ou perfil na internet envolvido na venda ilegal de ingressos *(Da Agência Estado)*.

DANILO FERNANDES/ESTADÃO CONTEÚDO



Operação visa evitar a venda de ingressos ilegais

BRASILEIRÃO

Final do Paulistão altera estreias

Corinthians, Palmeiras e São Paulo terão alterações nas suas estreias no Brasileirão anunciadas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A mudança é causada pela final do Campeonato Paulista, marcada para o dia 27, o que impediria o descanso de 72 horas a corintianos e palmeirenses até as partidas pela competição nacional.

O time de Ramón Díaz vai estrear no Brasileirão diante do Bahia, em Salvador, no domingo, dia 30, às 20h.

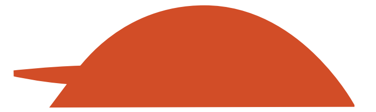
Antes, a partida seria no sábado, às 18h30. Mudança semelhante foi feita com o Palmeiras, que receberia o Botafogo dia 29, às 16h30, mas agora jogará também no domingo, às 16h.

Sobrou para o São Paulo uma alteração, por recomendação da Polícia Militar, para não haver dois jogos na capital paulista no mesmo dia. Assim, a equipe tricolor tem a estreia antecipada para o dia 29, às 18h30, no MorumBis. Antes, o duelo seria no domingo, às 16h. A CBF toma a decisão após a Federação Paulista de Futebol (FPF) causar uma dor de cabeça, com a definição das datas das finais.

O presidente Ednaldo Rodrigues chegou a enviar um ofício determinando que a decisão fosse antecipada para o dia 26, para não afetar o Brasileirão.

Entretanto, a confederação só pôde agir após a definição das tabelas de Libertadores e Sul-Americana. O Palmeiras fará sua estreia apenas numa quinta-feira, dia 3 de abril. Já o Corinthians joga na quarta-feira. Assim, mesmo adiando as duas estreias no Brasileirão para 30 de março, ambos terão 72 horas de intervalo. A final do Paulistão ocorre dia 27 de março, na Neo Química Arena. O Corinthians venceu a ida, no Allianz Parque, por 1 a 0, com gol de Yuri Alberto.

Os presidentes dos finalistas, Augusto Melo e Leila Pereira, presidente do Palmeiras, estudam fretar um único voo para buscar jogadores que estarão em campo defendendo suas seleções na Data Fifa antes da finalíssima *(Da Agência Estado)*.



CINEMA

DIVULGAÇÃO



Documentário é uma ode ao legado de Milton na música, além de reflexo de sua essência de vida

Poética trajetória de mito brasileiro

Documentário "Milton Bituca Nascimento" celebra a genialidade do músico que marcou gerações

TAMIRES RODRIGUES
tamires.rodrigues@grupojbr.com

Milton Nascimento sempre foi mais que um cantor ou compositor; sua música é uma travessia, um encontro de tempos, vozes e fronteiras. "Milton Bituca Nascimento", documentário dirigido por Flavia Moraes, embarca nessa jornada com a promessa de revelar a trajetória de um dos maiores artistas brasileiros. O filme, que chega aos cinemas hoje, que tem olhar poético, é uma ode ao legado de Milton, mas também um reflexo de sua essência: introspectivo, grandioso e, por vezes, enigmático.

Desde os primeiros minutos, a imagem do trem conduz a narrativa, atravessando o tempo e ressoando como uma metáfora para a própria arte de Milton, que nunca se limitou a rótulos. O documentário utiliza essa simbologia de maneira recorrente, entrelaçando imagens de paisagens e trilhos com a musicalidade única do artista. O eco, tão presente em sua sonoridade, também ganha protagonismo, tanto na construção sonora do filme quanto na forma como sua influência reverbera por diferentes gerações.

A escolha de Fernanda Montenegro como narradora reforça o tom lírico da obra. Sua voz solene conduz o espectador por momentos emblemáticos da vida de Milton, sem a preocupação de seguir uma linha do tempo rigorosa. O foco está mais na sensibilidade do artista do que em marcos biográficos. Se, por um lado, isso torna o filme uma experiência sensorial envolvente, por outro, pode afastar aqueles que buscam um retrato mais detalhado da trajetória de Milton.

O documentário também se destaca por reunir um elenco de entrevistados que vão de Chico Buarque a Herbie Hancock, passando por Mano Brown e Criolo. Essa diversidade de depoimentos reforça o impacto de Milton em diferentes nichos musicais, transcendendo barreiras de idioma e estilo. Um dos momentos mais tocantes vem do jazzista Wayne Shorter, que compara a voz de Milton ao trompete de Miles Davis, capturando em poucas palavras a complexidade e emoção que sua música carrega.

No entanto, ao exaltar tanto a figura do artista, o filme por vezes negligencia elementos que poderiam enriquecer a narrativa. Alguns entrevistados internacionais, como Fito Páez, são apresentados sem um contexto mais detalhado, o que pode fazer com que sua presença perca força para parte do público. Da mesma forma, questões mais delicadas da vida de Milton, como sua saúde, são apenas tocadas de maneira superficial, deixando lacunas sobre como esses desafios moldaram sua arte.

Ainda assim, "Milton Bituca Nascimento" é uma experiência cinematográfica rica em emoção e beleza visual.

A forma como o documentário captura os últimos momentos de Milton nos palcos, durante a turnê "A Última Sessão de Música", é um dos pontos altos da obra. Os estádios lotados, os aplausos emocionados e a comunhão entre artista e público traduzem, sem a necessidade de explicações, a grandiosidade de seu legado.

No fim, o filme se assume como um tributo apaixonado, mais interessado em celebrar do que em explicar. Para os fãs, é um presente; para os não iniciados, pode ser uma porta entreaberta, convidando a explorar, por conta própria, o universo vasto e atemporal de Milton Nascimento.

APÓS FIM DO CESSAR-FOGO

Israel faz operação terrestre em Gaza

Um dia depois de encerrar o cessar-fogo com o grupo terrorista Hamas com violentos ataques aéreos à Faixa de Gaza, o governo de Israel reocupou um trecho do território conhecido como corredor de Netzarim, que o divide ao meio, nessa quarta.

O corredor é estratégico para o controle de ir e vir e de movimentações militares na região arruinada pela guerra iniciada após o Hamas atacar o Estado judeu em 7 de outubro de 2023. Ele havia sido desocupado como parte da primeira fase do cessar-fogo ora suspenso, que havia entrado em vigor em 19 de janeiro passado.

Com isso, as tropas israelenses estão em posição para outras ações terrestres, provavelmente incursões. Tel Aviv ainda controla outro corredor, o Filadélfia, que separa o sul da faixa do Egito.

O fato de ter ficado naquele trecho foi um dos argumentos do Hamas para não levar em frente o cessar-fogo proposto pelos EUA, que levaria a 50 mais dias de pausa nos combates, quando ficou claro que o grupo e Israel não iriam cumprir o cronograma anterior.

Do lado israelense, a queixa é a demora na liberação dos reféns tomados no 7 de Outubro ainda em mãos do Hamas —59, talvez 24 dos quais ainda vivos. A volta dos ataques provocou fúria entre familiares dos cativos, e grandes protestos contra o governo de Binyamin Netanyahu.

O premiê, empoderado pelo apoio renovado do americano Donald Trump a suas políticas, perpetua sua posição de líder em guerra em um país cindido quanto a isso. Sem o conflito, lá e em outras frentes, o apoio da ultradireita a seu governo no Parlamento tende a evaporar.

Netanyahu foi amplamente condenado pela comunidade internacional pela violação do cessar-fogo. Apesar da animosidade, o Hamas disse nesta quarta que está disposto a negociar com Tel Aviv (*Da Folhapress*).

JACK GUEZ / AFP



Governo de Israel reocupou um trecho do território conhecido como corredor de Netzarim

SEM TRÉGUA

Rússia e Ucrânia voltam a se atacar

Horas após Vladimir Putin e Volodimir Zelenski concordarem com um cessar-fogo parcial de 30 dias na Guerra da Ucrânia que envolve apenas a pausa nos ataques à infraestrutura energética, ambos os lados se atacaram.

Enquanto isso, os protagonistas da guerra se envolveram em uma disputa retórica sobre quem era menos confiável. Ao fim, o ucraniano falou com o pai da proposta, Donald Trump, e disse que ainda irá negociar os termos da pausa.

Os primeiros relatos foram de ações russas, com explosões relatadas em Kiev enquanto o presidente ucraniano falava em rede social a partir da Finlândia que os termos com os quais Putin concordou em telefonema com o americano Donald Trump eram aceitáveis, na noite de terça-feira. Fiel ao seu estilo de querer cantar vitória sempre, o presidente americano cometeu a temeridade de dizer que o arranjo já estava valendo em uma postagem após a conversa com Putin.

Ao longo dessa quarta, contudo, a linha foi borrada. Houve uma grande troca de ataques com drones. Kiev disse ter destruído 72 de 145 lançados pelos russos, enquanto Moscou relatou apenas ter abatido 57 aviões-robôs, 35 deles sobre a região meridional de Kursk.

CLASSIFICADOS&EDITAIS

(61) 99637-6993 CLASSIFICADOS@GRUPOJBR.COM

Edição impressa produzida pelo Jornal de Brasília com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: *https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



NEGÓCIOS
Comunicados & Oportunidades

PUBLICIDADE LEGAL

ABANDONO DE EMPREGO

ABANDONO DE EMPREGO

CANARIO ENGENHARIA LTDA

Solicitamos o comparecimento dos colaboradores listados abaixo no prazo de 72 horas. Empresa DIRECIONAL ENGENHARIA E COLIGADAS solicita o comparecimento ao endereço: RUA DAS CARNAÚBAS LOTE 12, ÁGUAS CLARAS, BRASÍLIA/DF no prazo de 72 horas, a contar do recebimento desta, sob pena de caracterização de abandono de emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o artigo 482, "I", da CLT.

1 - JOSÉ RAIMUNDO BISPO DA ROCHA FERREIRA - CTPS: 237170/ 6396/SP

ABANDONO DE EMPREGO

ÁGUA BRANCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Solicitamos o comparecimento do colaborador citado abaixo no prazo de 72 horas, à Água Branca Empreendimentos Imobiliarios LTDA, situada: Quadra 1, Setor Habitacional - Boa Vista,Sobradinho Brasília Sobradinho/DF, no intuito de justificar suas faltas desde o dia 02/01/2025 até os dias de hoje, sob pena de caracterização de abandono de emprego, ensejando a justacausa do rompimento do seu contrato de trabalho, conforme disposto no artigo 482 da CLT.

Segue os nomes:
LUCAS VINICIUS DA SILVA ABADIA / CTPS 0435760 9127
EDSON GOMES ANDRADE DA SILVA / CTPS 1814701 5674
KEVI GONÇALVES VIANA / CTPS 0772765 2199
JHONES SILVA DE JESUS / CTPS 0636441 5121
ARISPAULO DE SOUZA RODRIGUES / CTPS 0051771 7131
JHONNI GUIMARAES MARQUES / CTPS 7032899 0132
PAULO HENRIQUE LIMA DA SILVA / CTPS 0488034 8171
GLEISSON MONTEIRO DE LIMA / CTPS 06741090 0150
ANGELO GABRIEL DE ARAUJO MATOS / CTPS 0797875 0188
EDIVALDO SOUSA DA SILVA / CTPS 1076159 2300
EMESON IGREJA DA SILVA / CTPS 0026788 6322
LAYSSA VITORIA FERREIRA / CTPS 0835022 8113
SELDON ALVES DE ARAUJO / CTPS 0530798 5142
VITOR LUCAS DA SILVA SOUZA / CTPS 0714686 9130
CARLOS EDUARDO DA SILVA LIMA / CTPS 0566826 4106
WAGNER FERNANDES DA SILVA / CTPS 7217087 5115
PAULO HENRIQUE NASCIMENTO DOS SANTOS / CTPS 7810228 0050
JOAO ICARO DE SOUZA MARIANO / CTPS 0873680 0147
MATEUS VIDAL CAMPOS / CTPS 0613518 6167
LAZARO ELEUTERIO BISPO / CTPS 9966078 4104
JEALISSON RIBEIRO DA SILVA / CTPS 1814701 5674

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE MARIA NORMAILDA DE MORAES

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência da respectiva, **MARIA NORMAILDA DE MORAES, CPF:097.682,461-20**, devedora fiduciante do imóvel alienado: **APARTAMENTO 1008, VAGA DE GARAGEM 251, BLOCO B, LOTE 07, QUADRA 101, PRAÇA TIE, BAIRRO ÁGUAS CLARAS, TAGUATINGA, DISTRITO FEDERAL**, a qual não tendo sido encontrada nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADA do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da **CAPITALIZA EMPRESA SIMPLES DE CRÉDITO LTDA**, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R.15, na matrícula nº.221723, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª., venho INTIMÁ-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 17/04/2025, corresponde a R$ 373,526,71 (trezentos e setenta e três mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e um centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de R$1.810,42 (mil, oitocentos e dez reais e quarenta e dois centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de R$ 375.337,13 (trezentos e setenta e cinco mil, trezentos e trinta e sete reais e treze centavos) Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as). para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9° Andar, Torre "B", Águas Claras – DF, onde devera(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as). ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

Santander — FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 02 de abril de 2025, às 15h00min *.
2º LEILÃO: 04 de abril de 2025, às 15h00min *. (*horário de Brasília)

Carlos Alberto Fernando Santos Frazão, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 203, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 10.230.609, firmado em 27/08/2021, com a **Fiduciante TATIANA RABELO LEMOS,** maior, inscrita no CPF nº 064.785.536-47, no dia 02/04/2025 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 212.682,16 (duzentos e doze mil seiscentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos)**, o imóvel matriculado sob nº **5.992 do 4º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal,** constituído por "*Apartamento nº 101, do prédio edificado no lote nº 1480-A, Tipo Ofício, Setor 3ª Avenida, do Núcleo Bandeirante, Brasília/DF, com área privativa de 37,00m², área comum de 4,50m², área total de 41,50m²; e a respectiva fração ideal de 0,07 do terreno*". **Cadastro Municipal**: 45085145. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.12 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. **Imóvel ocupado.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 04/04/2025, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 128.207,32 (cento e vinte e oito mil duzentos e sete reais e trinta e dois centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site do Leiloeiro**: www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.24019_AL_3167-01).

EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CENTRO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DO EXÉRCITO

MINISTÉRIO DA DEFESA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP Nº 90004/2025 - UASG 160528

Objeto: Contratação de Empresa prestadora de serviços especializados de Tradução Simultânea nos Idiomas: Espanhol e Inglês para o Português, bem como de Português para o Espanhol e Inglês, com locação de equipamentos para a tradução simultânea. Processo n° 65255.008464/2024-01. **Data da Abertura: 07/04/2025**. Horário: 10h00min (horário de Brasília). Maiores informações e retirada do Edital na Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) da Base Administrativa do CCOMGEX no endereço: Estrada Parque do Contorno, Rodovia DF-001, Km 05 – Setor Habitacional Taquari – Lago Norte / Brasília – Distrito Federal ou pelo fone: (61) 3415-3319 ou e-mail: ***salc. ccomgex@gmail.com***

FLÁVIO OLIVEIRA DA SILVA NETTO - Cel
Ordenador de Despesas

COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA

MINISTÉRIO DA DEFESA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90007/GAP-DF/2025

OBJETO: Aquisição de Peças para Manutenção Corretiva de Equipamentos de Rancho para o Grupamento de Apoio do Distrito Federal. Total de Itens Licitados: 33 itens. Edital: 20/03/2025, a partir das 09h. Endereço: Sitio **www. gov.br/compras/pt-br** Entrega das Propostas: a partir de 20/03/2025 às 09h no Sitio **www.gov.br/compras/pt-br.** Abertura das Propostas: 01/04/2025, às 10h no sitio **www.gov.br/compras/pt-br.**

Maiores informações, telefone (61) 3364-8259.
E-mail: gapdf.licitacoes2@gmail.com

NILO COELHO SARAIVA JÚNIOR Cel Int
Ordenador de Despesas do GAP-DF

---

banco BRB

Edital de Leilão Público de Venda de Imóveis – Alienação Fiduciária Leilão Extrajudicial nº 023/2025

Denise Araújo dos Santos, Leiloeiro Público Oficial, inscrito na JUCIS-DF sob o 117, comunica a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que devidamente autorizado pelo credor fiduciário BRB - Banco de Brasília S/A, CNPJ 00.000.208/0001-00, com sede em Brasília - DF, promoverá a venda em Leilão Público on-line, do tipo "Maior Lance ou Oferta", observado o preço mínimo dos imóveis abaixo descritos, com base no artigo 27 da Lei 9.514/97 e no Decreto 21.981/1932, nas seguintes condições: Descrição dos Imóvel: **Rua 135, Quadra 189, Lote 17, Casa 02, Condomínio Residencial Freitas II, Bairro Parque Estrela D'Alva IX, Luziânia/GO, registrado na matrícula de nº 515, do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição de Luziânia - Goiás. Observação:** É parte integrante do presente Edital a Certidão de Matrícula 515; em caso de divergência, prevalecerá as informações constante da referida Certidão. **1 -Situação Física:** O imóvel é ofertado "ad corpus", nas condições, inclusive de ocupação, em que se encontram; **2 -Data e hora dos leilões:** 1º Leilão em 01/04/2025, às 14:00horas, e não ocorrendo arrematação no primeiro leilão, será realizado o 2º Leilão em 03/04/2025 às 14:00 horas; **3 -Local dos Leilões:** no site **dearaujoleiloes.com.br** **4 -Preços Mínimos:** 4.1. Na primeira sessão do leilão, em **01/04/2025** às **14:00 horas**, quando serão aceitos lance mínimo de **R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)** 4.2. Na segunda sessão do leilão, em 03/04/2025 às 14:00 horas quando serão acei- tos lance mínimo de R$ 137.095,58 (Cento e trinta e sete mil, noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos). **5 -Outros encargos:** Correrão por conta do arrematante: 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação referente à comissão do Leiloeiro; ITBI; emolumentos cartorários, inclusive a lavratura de escritura se for o caso. Os tributos e dívidas condominiais a vencerem após a data de arrematação serão de responsabilidade do arrematante**. 6 -Forma de Pagamento:** À vista. **7 -Desistência:** Não será admitida desistência. Serve o presente Edital para intimar o devedor fiduciante, F**RANCISCO JACO DE SOUZA AVILA,** inscrito no CPF de nº 058.710.623-93 e CNH/Identidade nº 03970079201-6 SESP-MA, residente e domiciliado no RUA BRASIL, CASA 02, LOTE 41, QUADRA 75, JARDIM DO INGÁ, LUZIÂNIA/GO.

Informações sobre o leilão podem ser obtidas com a leiloeira pública oficial, Denise Araújo dos Santos, pelo e-mail: contato@dearaujoleiloes.com.br, telefone 62 99612-9707 e whatsapp 61 98366-2831.

SINDÁGUA-DF — **Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Distrito Federal.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria Colegiada do Sindágua-DF, de acordo com os Artigos 21, 22 e 26 do Estatuto desta entidade, convoca seus associados(as), os(as) trabalhadores(as) da CAESB, para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia **25 / 03 / 2025 às 8h** em primeira convocação e, às 8h30 em segunda convocação, no Parque de Serviços do SIA-Caesb, conforme disponível no site: **www.sindaguadf.com.br** e fixado nos murais das áreas. e que na oportunidade discutirá a seguinte pauta:

1. INFORMES;
2. DATA-BASE 2025-2027;
3. INDICATIVO DE GREVE

Brasília, 19 de MARÇO de 2025.

HENRIQUE MENDONÇA DE FARIA — Diretor
ESDRAS BACELAR MOREIRA SALLES — Diretor

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Diretoria de Aquisições
Central de Compras
GDF

AVISO DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 90067/2025 - UASG 926119

Objeto: Aquisição regular de medicamento(s) pertencente(s) ao(s) Grupo: 09.S.01.X - OUTROS OFTALMOLÓGICOS, Grupo: 09.S.01.L - AGENTES PARA DISTÚRBIO VASCULAR OCULAR, Grupo: 09.S.01.G - DESCONGESTIONANTES E ANTIALÉRGICOS e outros grupos, em sistema de registro de preços, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde – DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº: 00060-00415065/2024-18. Total de 19 itens (Ampla Concorrência e Cotas reservadas às ME/EPP's). Valor Estimado: R$ 1.690.559,66. Cadastro das Propostas: a partir de 20/03/2025. Abertura das Propostas: 01/04/2025, às 8h30, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUCOMP, CEP: 70.719-040 - Brasília/DF.

CERIZE HELENA SOUZA SALES
Pregoeira

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DO DISTRITO FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DIRETORIA DE MATERIAIS E SERVIÇOS
AVISO DE LICITAÇÃO-NOVO EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90011/2025-UASG: 926120

Processo:	00113-00018575/2024-04
Modalidade/Número:	Concorrência Eletrônica n° 90011/2025
Tipo:	Técnica e Preço
Objeto:	O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a elaboração de Projetos de Engenharia (Básico e Executivo) para duplicação da DF-280, trecho compreendido entre a BR-060 e a DF-190, com extensão aproximada de 10 km, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Valor Estimado (R$):	R$ 1.608.815,69.
Dotação Orçamentária:	Programa de Trabalho 26.782.6216.1968.0013 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-DE ENGENHARIA - DER-DISTRITO FEDERAL, ND 449051, Fonte 248 (CIDE).
Prazo Execução:	180 (cento e oitenta) dias consecutivos.
Início da Sessão de Disputa de Preços:	Às 10h do dia 20 de maio de 2025.
Contatos:	Fone (61) 3111-5600/5601/5602/5603
Retirada do Edital e Anexos:	Edital poderá ser retirado exclusivamente nos endereços eletrônicos www.der.df.gov.br e www.gov.br/compras. Demais informações no próprio Edital.

Brasília, 19 de março de 2025.
Silvia Maria Vieira Pala Alves
Diretora de Materiais e Serviços - Substituta

ATENÇÃO GESTOR
LEI Nº 14.230/2021
PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS
A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em JORNAIS DIÁRIOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO
abra legal

Eufrázio



A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

VILLA CRISTÃ

VILLA CRISTÃ COMUNHÃO ESPÍRITA DE BRASÍLIA
CNPJ: 04.630.688/0001-44

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente da VILLA CRISTÃ COMUNHÃO ESPÍRITA DE BRASÍLIA, em cumprimento ao artigo 25, inciso I do Estatuto, convoca os Senhores Associados Votantes para participarem da **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada por meio eletrônico de acordo com o parágrafo 3º do artigo 24 através de grupo de WhatsApp especialmente criado para esse fim, no **dia 19 de abril de 2025**, sábado, das 8:30 às 18h para deliberar sobre a seguinte pauta:
I - Relatório Anual de Atividades e a Prestação de Contas relativa ao exercício de 2024.
A documentação relativa à proposta a ser apreciada estará disponível no Grupo de WhatsApp e/ ou enviado por e-mail aos Associados Votantes no período de 14/04/2025 a 18/04/2025.

Brasília (DF), 20 de março de 2025.
Fraternalmente,

Maria Luiza Bezerra de Melo
Presidente da Diretoria Geral

AUTO POSTO RAMALHO LTDA

AVISO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação nº 18/2025, para a atividade de Posto Revendedor de Combustíveis, na Rodovia DF-180, KM 06, Fazenda Chapadinha, Quinhão 13, Brazlândia, Brasília/DF. Processo nº 00391-00009965/2022-99. Edmilson Martins de Oliveira, Procurador.

ASCADE
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Fundada em 02 de março de 1921
SCE/SUL, Trecho 2, Conj. 10, Asa Sul – Brasília – DF – Cep. 70.200-002 Fone (xxx61) 3226 45 03
www.ascade.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente da **Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados - ASCADE**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 29 e seu parágrafo 1º, combinado com o previsto no artigo 32, alínea "a", do Estatuto em vigor e considerando a impossibilidade de realização do evento no dia 02 de março do corrente ano, resolve:
CONVOCAR a Assembleia Geral a reunir-se em **SESSÃO SOLENE,** no dia **27 de março de 2025, quinta-feira,** às 20h, na Sede Náutica da ASCADE (SCES, Trecho 2, Conjunto 10, Asa Sul, Brasília-DF), a fim de comemorar o centésimo quarto ano de fundação da Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados.

Brasília, 19 de março de 2025.
FRANCISCO DE ASSIS DE MORAIS
Presidente.

Terracap

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL
GDF

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação para Compra de Bens, Serviços e Obras – CPLIC/TERRACAP, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 220/2024 – DIRAF, comunica a realização do seguinte certame.

Processo:	00111-00000937/2025-30
Modalidade/número:	Pregão Eletrônico nº 02/2025
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Sistema de Registro de Preços para fornecimento de café torrado e moído embalado tipo a vácuo e açúcar cristal, para atender às demandas existentes no âmbito da TERRACAP (Ed. Sede, Anexos, BIOTIC, ETR e CRS 508), nos termos e condições estabelecidos neste instrumento.
Valor estimado (R$):	O valor estimado é sigiloso nos termos do Art. 34 da Lei nº 13.303/2016.
Data/hora de abertura:	01/04/2025, às 15h.
Retirada do Edital e anexos:	Gratuitamente no sítio da Terracap www.terracap.df.gov.br, na seção licitações compras/serviços.

Brasília, 18 de março de 2024.

LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO
Presidente da CPLIC

Secretaria de Estado de Saúde
do Distrito Federal
36ª Comissão de Procedimento Disciplinar
GDF

EDITAL DE CITAÇÃO

A Presidente da 36ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sediada no SRTVN, quadra 701, conjunto C, 2º andar, sala 3, Asa Norte, Brasília/DF, email: 36cpd@saude.df.gov.br, recomposta por meio da Portaria nº 328, de 06 de março de 2025, publicada no DODF nº 45, de 07 de março de 2025, e designada por meio da Portaria de Recondução nº 297, de 28 de fevereiro de 2025, publicada no DODF nº 43, de 05 de março de 2025, da Controladoria Setorial da Saúde, RESOLVE, na forma do artigo 238, parágrafos 3º e 4º da Lei Complementar nº 840/2011, CITAR, pelo presente EDITAL, o servidor **NILO TEIXEIRA VEIGA**, matrícula 16582616, tendo em vista que todas as tentativas de contato foram sem sucesso, para comparecer perante esta Comissão, que funciona no endereço acima descrito, com a finalidade de tomar conhecimento da instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 168/2021, Processo SEI 00060-00407801/2020-31, bem como acompanhar o feito na condição de acusado e prestar o respectivo interrogatório para apurar possível irregularidade administrativa. Fica ainda ciente de que, convocado pelo presente EDITAL, pelo prazo de 15 (quinze) dias a partir desta publicação, se não comparecer, o trabalho da Comissão seguirá sem a sua presença e será acompanhado por defensor dativo a ser designado pela autoridade competente.

ALINY BEATRIZ DE BRITO NEVES GEBRIM
Presidente 36º CPD

Secretaria de Estado de Saúde
do Distrito Federal
Diretoria de Aquisições
Central de Compras
GDF

AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 90066/2025 - UASG 926119

Objeto: Aquisição regular de medicamentos não padronizados pertencentes ao Grupo: 0936 - MEDICAMENTOS CADASTRADOS DE COMPRA ESPECÍFICA, a fim de atender à determinação judicial em desfavor da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, em sistema de registro de preços, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde – DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº: 00060-00161044/2024-77. Total de 29 itens (Ampla Concorrência e Cotas reservadas às ME/EPP's). Valor Estimado: R$ 28.327.306,48. Cadastro das Propostas: a partir de 20/03/2025. Abertura das Propostas: 01/04/2025, às 8h30, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUCOMP, CEP: 70.719-040 - Brasília/DF.

FABIANA MENDES DE OLIVEIRA CORTEZ
Pregoeira

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE JOAQUINA DE SOUSA FERREIRA SANTOS, DANIELLE FERREIRA GONÇALVES RAIO e PAULO JOSÉ JÚNIO RAIO DA SILVA

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivos, **JOAQUINA DE SOUSA FERREIRA SANTOS, CPF: 586.557.941-04, DANIELLE FERREIRA GONÇALVES RAIO, CPF: 011.159.931-86 e PAULO JOSÉ JÚNIO RAIO DA SILVA, CPF: 480.220.551-15** devedores fiduciantes do imóvel alienado: **LOTE Nº 04 (QUATRO), CONJUNTO 9 (NOVE), ÁREA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - ADE DE ÁGUAS CLARAS, TAGUATINGA, DF**, os quais não tendo sido encontrados nos endereços de cobrança, indicados pela credora, ficam, por este edital, INTIMADOS do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento do **BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A,** credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R.9, na matrícula nº.172466, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ªas., venho INTIMÁ-LOS a efetuarem o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 18/03/2025, corresponde a **R$ 206.734,66, (Duzentos e seis mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos),** além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R$1.633,72 (mil, seiscentos e trinta e três reais e setenta e dois centavos),** já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R$ 208.368,38 (duzentos e oito mil, trezentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos)**. Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ªas. para que se dirijam, no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deveram efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, ficam V.S.ªas. cientes de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial

LAURO THOMAS

Aviso de Requerimento de Licença de Operação Corretiva - LOC

Torna público que está requerendo do INSTITUTO BRASILIA AMBIENTAL-IBRAM/DF, a Licença de Operação Corretiva - LOC para a atividade de Irrigação, Núcleo Rural Jardim, Área F, Lote 17, PAD/DF, Paranoá, Distrito Federal. Foi determinada a elaboração de Estudos Ambientais processo n° 00391-00006768/2018-31 Lauro Thomas.

CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Administração do Condomínio Rural Residencial RK, com base no artigo 18, inciso VI, artigos 26 a 34 da Convenção condominial e demais disposições pertinentes, convoca todos os Condôminos para a **104ª. Assembleia Geral, em caráter Ordinário**, a realizar-se no Centro Cultural Esportivo - CCE, ao lado do Parque Infantil, no CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK, à Rodovia DF 440, km 2.5 - Sobradinho, DF, **no dia 30 de março de 2025, domingo, às 09h00min, em primeira convocação, com maioria absoluta, ou às 09h30min, em segunda convocação**, com qualquer número de presentes, **para tomarem conhecimento, debater e deliberar**, conforme o caso, sobre os seguintes assuntos:

1. INFORMAÇÕES GERAIS
2. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERÍODO MARÇO/2024 A FEVEREIRO/2025
3. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E PROPOSTA DE TAXA ORDINÁRIA PARA O PERÍODO MARÇO/2025 A FEVEREIRO/2026
4. REFORÇO FINANCEIRO PARA O FUNDO DE REGULARIZAÇÃO
5. BOLETO IMPRESSO/VIRTUAL
6. ASSUNTOS GERAIS

OBSERVAÇÕES:

a) Somente poderão votar os condôminos que se encontrarem quites com suas obrigações condominiais;
b) A lista dos condôminos adimplentes ficará antes da entrada, na mesa de registro de presença;
c) O acesso ao local da assembleia deverá ser precedido de cadastramento realizado na mesa de registro de presença, com apresentação do documento de identificação;
d) Caso a unidade não esteja no nome do cadastrante, este deverá apresentar o documento de representação da unidade, tais como certidão de casamento, sentença judicial, escritura pública etc.;
e) O cadastramento será encerrado com o início do ITEM 5 do edital;
f) Os condôminos que pagarem suas obrigações condominiais a fim de se cadastrarem, deverão apresentar seus comprovantes de pagamento originados no sistema bancário. Não será válido documento de agendamento bancário;
g) Os Condôminos que não puderem comparecer, poderão se fazer representar por procuradores legalmente constituídos, através de procuração pública ou procuração particular com poderes de participação em assembleia, **com firma reconhecida em Cartório**, de acordo com o previsto no Art. 28 da Convenção do Condomínio;
h) Também serão aceitas procurações com assinatura digital, desde que seja apresentado o verificador de conformidade de assinatura digital emitido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

Brasília, DF, 13 de março de 2025.
Atenciosamente,
Francisco Avelino de Assis – Síndico

ACREDITAR ONCOLOGIA S/A
CNPJ nº 03.989.821/0001-90

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.2024. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais em 31/12/2024 e 2023 (em milhares de reais)

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	**158.757**	**156.916**
Caixa e equivalentes de caixa	35.587	47.059
Contas a receber	105.536	98.810
Estoques	17.013	10.215
Impostos a recuperar	480	527
Dividendos a receber	-	-
Outros	142	306
Não circulante	**180.113**	**150.867**
Partes relacionadas	111.951	73.182
Depósitos judiciais	102	102
PIS e COFINS diferidos	1.036	1.447
IR e contribuição social diferidos	12.280	10.760
Investimentos	6.240	9.053
Imobilizado	8.587	8.865
Arrendamentos	1.720	2.820
Intangível	38.197	44.638
Total do ativo	**338.870**	**307.783**

Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	**53.076**	**52.136**
Fornecedores	25.270	25.198
Salários, provisões e encargos sociais	1.352	1.344
Obrigações fiscais	9.973	8.281
Dividendos a pagar	15.921	15.921
Arrendamentos a pagar	560	1.392
Não circulante	**24.757**	**28.673**
Contas a pagar - exclusividade	23.133	26.516
Arrendamentos a pagar	1.624	2.157
Patrimônio líquido	**261.037**	**226.974**
Capital social	82.437	82.437
Reservas de capital	40	40
Reservas de lucros	178.560	144.497
Total do passivo e patrimônio líquido	**338.870**	**307.783**

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Bruta	228.112	217.846
Glosas e Cancelamentos	(16.953)	(12.526)
Impostos sobre receita	(12.368)	(7.563)
Receita Líquida	198.791	197.757
Custos e Despesas operacionais	(152.031)	(151.540)
Pessoal	(9.266)	(10.529)
Materiais e medicamentos	(108.230)	(107.180)
Serviços de terceiros	(23.549)	(22.418)
Equivalência Patrimonial	3.588	5.100
Depreciação e Amortização	(7.192)	(11.751)
Arrendamentos	(1.243)	(1.337)
Outros custos e despesas operacionais	(6.139)	(3.425)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	46.760	46.217
Resultado Financeiro líquido	2.348	6.050
Receitas Financeiras	3.615	6.924
Despesas Financeiras	(815)	(427)
Arrendamentos	(452)	(447)
LAIR	49.108	52.267
Imposto de renda e contribuição social	(15.045)	(15.649)
Lucro líquido do exercício	**34.063**	**36.618**

Reconhecemos a Exatidão das Presentes Demonstrações Financeiras
Brasília - DF/26 de fevereiro de 2025

Nilo Cesar Braga de Almeida
CPF: 967.034.827-72 - Contador CRC: RJ 068910/O-6TDF

Acreditar Oncologia S/A
Vinicius Ferreira da Rocha - Diretor - CPF: 267.697.978-79

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de reinvestimento	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	**82.437**	**40**	**5.819**	**102.060**	**-**	**190.356**
Resultado do exercício	-	-	-	-	36.618	36.618
Constituição de reservas para reinvestimento	-	-	-	36.618	(36.618)	-
Saldos em 31/12/2023	**82.437**	**40**	**5.819**	**138.678**	**-**	**226.974**
Resultado do exercício	-	-	-	-	34.063	34.063
Constituição de reserva legal	-	-	1.703	-	(1.703)	-
Constituição de reservas para reinvestimento	-	-	-	32.360	(32.360)	-
Saldos em 31/12/2024	**82.437**	**40**	**7.522**	**171.038**	**-**	**261.037**

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AILTON GONÇALVES DA COSTA

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivo, **AILTON GONÇALVES DA COSTA, CPF: 839.700.101-87**, devedor fiduciante do imóvel alienado: **APARTAMENTO 704, VAGA DE GARAGEM N° 66, LOTE Nº 1, CONJUNTO "A", QUADRA QS 519, SAMAMBAIA, DISTRITO FEDERAL**, o qual não tendo sido encontrado nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADO do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,** credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme **R.3,** na **matrícula nº.345342**, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª., venho INTIMÁ-LO a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 22/09/2024, corresponde a **R$ 44.657,15 (quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos)**, além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R$ 2.199,92 (dois mil, cento e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)**, já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R$ 46.857,07 (quarenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sete centavos).** Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as). para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras – DF, onde devera(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as). ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

Ligue e anúncie nos Classificados
99637-6993
HORÁRIO DE ATENDIMENTO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 08:00h ÁS 18:00h



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO DE MATERIAIS - SEMA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 055/2024

PROCESSO: 0022983/2024. OBJETO: Contratação de empresa especializada para adequação dos sistemas de prevenção e combate a Incêndio às normas do CBMDF na Sede do TJDFT (Blocos A, B e C), nos termos do edital e dos seus anexos.

DATA DE ABERTURA: 08/04/2025 - HORÁRIO: 14 HORAS - LOCAL: https://www.gov.br/compras/pt-br.

O Edital encontra-se, sem ônus, no sítio www.tjdft.jus.br.

Brasília, 17 de março de 2025
Isabella Brito
Secretária de Contratações e Gestão de Materiais

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico TSE nº 90005/2025

Nº Processo: 11271-9/2024. Objeto: Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização das instalações do Centro Cultural da Justiça Eleitoral do TSE, na cidade do Rio de Janeiro, mediante alocação de postos de trabalho e fornecimento de insumos e equipamentos, pelo período de 5 (cinco) anos, admitida a prorrogação nos termos da lei, consoante especificações, exigências e prazos do Termo de Referência– Anexo I do Edital. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 20/03/2025 das 08h00 às 17h59. Endereço: Setor de Administração Federal Sul Quadra 7 Lote 1/2, BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/70001-5-90005-2025. Entrega das Propostas: a partir de 20/03/2025 às 08h00no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 04/04/2025 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: ATENÇÃO: Conforme item 5.2 do Edital "Os lances serão ofertados pelo valor total dos serviços para os 5 (cinco) anos de vigência da contratação."

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, na forma abaixo:

O PRESIDENTE, do **CLUBE MONTE LÍBANO DE BRASÍLIA**, **excepcionalmente**, de acordo com o disposto no inciso **"d", do Artigo 36, do Estatuto do Social**, convoca os membros do Conselho Deliberativo para Reunião Extraordinária com data, hora, local e pauta abaixo:

DATA: 28.03.2025.
HORA: 16:00, em primeira chamada e 16:30, em segunda chamada.
LOCAL: SALÃO DE FESTAS DO CLUBE.

PAUTA:
1) Abertura e registro de presença;
2) Para Reformar Estatuto
3) Para preencher vagas no Conselho Deliberato;
4) Para apreciar assunto de relevante e geral interesse para o Clube;
5) Assuntos Gerais; e,
6) Encerramento.

Maiores esclarecimentos, se necessários, poderão ser feitos via e-mail: clubemontelibanobrasilia@gmail.com, e quaisquer observações deverão ser enviadas no prazo de 05 (cinco) dias, anteriores a data da Assembleia, para os endereços acima mencionados.
Coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente.
NASSER YOUSSEF NASR
presidente

Poder Judiciário da União. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - **2VARCIVSAM -** 2ª Vara Cível de Samambaia, Quadra 302 Conjunto 1, sala 3.75, 3 andar, Samambaia Sul (Samambaia), BRASÍLIA - DF - CEP: 72300-631. E-mail: 02vcivel.sam@tjdft.jus.br. Horário de atendi- mento: 12:00 às 19:00h. **EDITAL DE CITAÇÃO - AÇÃO ORDINÁRIA Prazo: 20 (vinte) dias.** O MM Juiz de Direito, Dr. EDSON LIMA COSTA, da 2ª Vara Cível de Samambaia, na forma da Lei etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, neste Juízo e Cartório tramita a **Ação Alienação Fiduciária (9582)**, Processo **0711852-44.2024.8.07.0009,** movida por ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. (CPF: 60.872.504/0001-23); advogado(a): CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (CPF: 307.002.278-22), em desfavor de **VITOR YAGO ALVES DA SILVA (CPF: 046.570.011-08)**. E o presente é para **CITAR VITOR YAGO ALVES DA SILVA (CPF: 046.570.011-08)**, ora em local incerto e não sabido, a fim de que tome(m) conhecimento desta ação e, querendo, apresentar contestação, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da execução da liminar de apreensão do bem, nos termos do § 3º do art. 3º do Decreto-Lei 911 de 1º/10/1969, ficando ciente(s) de que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na inicial, e de que será nomeado curador especial se houver revelia (art. 525, § 4º do CPC/2015). O(a)(s) requerido(a)(s) fica(m) desde já ciente(s) de que, caso queira(m) exercer seu(s) direito(s) de defesa, deverá(ão) constituir, com a devida antecedência, advoga- do. Caso não tenha(m) condições de constituí-lo, deverá(ão) procurar Defensor Público. Em caso de revelia, será nomeado curador especial (art. 257, incisos IV do CPC/2015). Este juízo determina que o prazo será de 20 (vinte) dias, fluindo da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira (art. 257, incisos III do CPC/2015). Este Juízo tem sua sede na Quadra 302 Conjunto 1, sala 3.75, 3 andar, Samambaia Sul (Samambaia), BRASÍLIA - DF - CEP:72300-631.E,para que chegue ao conhecimento do requerido e de terceiros interessados, a fim de que, no futuro, não possam alegar ignorância, expediu-se este Edital que vai devidamente assinado, publicado e afixada uma cópia em local de costume, como determina a Lei. BRASÍLIA-DF, 19 de fevereiro de 2025 20:15:52.

8º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO

HUGO FERRAZ RODRIGUES, Oficial Interino Registrador do 8º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, nos termos do artigo 22, § 3º, do Provimento nº 02, de 19.04.2010, da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, e do artigo 213, § 3º, da Lei 6.015/1973. FAZ SABER aos que virem o presente EDITAL, ou dele tomarem conhecimento, que Marilusia Santos Ferraz Lopes, viúva, brasileira, aposentada, prenotou nesta Serventia, sob o n. 41.500 do Livro 1 - Protocolo, Requerimento de Retificação de Registro/Matrícula, com o intuito de especializar uma gleba de terras com áreas de 2,2979 ha situada Fazenda Mestre D'Armas, objeto da Matrícula nº 68.888 do Livro 2 - Registro Geral do 3º Ofício de Registro de Imóveis do DF. O imóvel foi adquirido a partir de Escritura Pública de Compra e Venda datada de 14.06.1989, lavras às fls. 023/024, do livro 122, do 1º Ofício de Notas de Planaltina - GO. A área total da gleba, cuja retificação se requer, após o levantamento topográfico é de 2,2979ha, conforme Trabalho Técnico elaborado pelo técnico em agrimensura João Bosco de Almeida Rego, Registro: 12025747187 CRT 01, com Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) sob o nºBR20190388550. Desta forma, ficam INTIMADOS os condôminos: FRANCISCO MUNDIM GUIMARAES; MARIA AMÉRICA GUMARÃES; BRANDT e BRANDT LTDA; ASSOCIAÇÃO INSTRUTORA DE JUVENTUDE FEMININA; PALMEIRO MARTINS TROIS; LAR FABIANO DE CRISTO; EDUARDO D'ALBUQUERQUE AUGUSTO; DARIO PEREIRA CAVALCANTE; ACACIO SILVA CAMPOS; ANTONIO ELEUTERIO DA SILVA; JULIO CESAR DE OLIVEIRA; JOAO DE DEUS SILVA; SERAPHIM PASSOS DO CARMO; EUSTAQUIO ANTON CÂMARA; VITAL RANGEL DOS SANTOS; MARIAN KULESZA POLONES; JAIR PEDRO DE OLIVEIRA; MARIA DE FATIMA ALVES RIBEIRO; FRANCISCO DIMAS LOPES; MARCO ANTONIO PINGRET MINCARONI DE SOUSA; IRACI MENDES GONÇALVES; JOSE DAS CHAGAS LEITÃO; FRANCISCO DIMAS LOPES; VALDIR CAROLINO DANTAS; EDÍLIO CARLOS ALVES; IDELZERITH MARIA DE SOUZA; JOÃO TEIXEIRA DUARTE; ALVARO NUNES DE OLIVEIRA; LUIZ CARLOS RAMOS DE LIMA; FRANCISCO PAIXAO CORREIA; ISIDORO PIRES DE SOUZA; SONIA MARIA MELLO DA SILVA; JEPHETE AUGUSTO BARBOSA; RUTH COSTA DE FIGUEIREDO; RICARDO LACOURT MOREIRA; ADEMAR LUIZ WAHLBRINK; IRENE PIRES DE MORAES SANTOS; LINDOLFO ALVES NETO; JOSE BONIFACIO DE SOUZA AMARAL; PAULO DOMINGOS KNIPPEL GALLETTA; SILVIO PERINI ZAMBONI; ANTONIO JOSE DE SOUSA MACHADO; NILSON ROCHA CARDOSO; EURIPEDES ALVES PEREIRA; ANTONIO ALEXANDRE DO NASCIMENTO; MAURO ELOI DE OLIVEIRA; JOALDOMAR GOMES ALMEIDA; MARIA ANGELICA ALVARENGA CRESPO; ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO COND. RURAL VALE DO SOL; ALAÍDES SANTANA DA CONCEICAO; SEBASTIANA ALVES DA SILVA; WALDEMAR DA SILVA SOBRINHO; MARCIO BENTO DA COSTA; VALDECK CALDAS BRAGA; ADÃO LUIZ BASTOS BESSA; ANA AVELINO DE MEDEIROS; DENONI DIAS BELTRAO; IDALINO SCHMITZ; GASPAR COELHO DUTRA; VICENTE ALVES DE OLIVEIRA; JOSE ALVES DE OLIVEIRA; JOAO ALVES DE OLIVEIRA; HUMBERTO EUSTAQUIO PEREIRA; PRIMARIO FRANCISCO DE CARVALHO; ALBERTO MERCHEDE DE OLIVEIRA; MANUEL FERREIRA DE SOUZA; OSVALDO FERREIRA DE AGUIAR; ANTONIO PASSARINHO; MARCIA MONTEIRO GUIMARAES; SEBASTIANA ALVES DA SILVA; MATEUS GOMES DA SILVA; AZUER PEIXOTO DOS SANTOS; DIONE APARECIDA GUIMARÃES LIMA ROCHA PEIXOTO DOS SANTOS; JOAO EXPEDITO BORGES NOVAIS; NEUZA TAIRA; LUCIA MARIA DA SILVA; GETULIO ANTONIO DE OLIVEIRA; EDEMI MARTINS ALVES; EVANDRO ALVES DE FARIAS; TEREZINHA IZABEL TAVARES; WATSON DA SILVA SANTOS; ANTONIO CARLOS DE MIRANDA; INEL - IMOBILIARIA NACIONAL E EMPREENDIMENTOS LTDA; JOSE LUIZ FILHO; HELOISA FERNANDES VELOSO; MARIO D'ABADIA DE MIRANDA E SILVA; ANTONIO BATISTA PINTO; WALDIVINO DA SILVA; SEBASTIANA ALVES DA SILVA; JOAO DOS SANTOS FERNANDES; MARIA NAIR PEREIRA FENANDES; MARCIA MONTEIRO GUIMARAES; JADIR TIUSSI; SHEILA SPINOSA; GERALDO CORDIANO DE PAULA REIS; ODIRENE DE ALMEIDA ROCHA REIS; MARIA APARECIDA PERES SIMAO; JUSSANAN DE ARAUJO MESQUITA; MARCONDES MUNDIM GUIMARAES; TAMAR AMORIM GUIMARÃES; HELVIO MONTEIRO GUIMARAES; TEREZA POZZETI; ELIANA MARIA DE MORAES MESQUITA; UNIPLAN EMPREENDIMENTOS SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ME; EVANGELINO GOMES DE CASTRO; VANIA RUAS DE MORAIS COSTA; JOSE DONATO DE SOUSA; MARCIO VIANA MACHADO; SILVESTRE AVELINO DE CASTRO; EDMUNDO JOSE DOS SANTOS; JOSE DONATO DE SOUSA; EDILIO CARLOS ALVES; GILBERTO KARL; ROOSEVELT DIAS BELTRÃO; MARIA SILVIA FERREIRA DE MORAIS BELTRÃO; VICTOR BARBOSA FERNANDES; FERNANDO TEIXEIRA STORNI; SILVIA HELENA GUIMARÃES; JOSE ALENCAR FURTADO; MIRIÃ CAVALCANTE ALENCAR; MIGUEL ALVES RODRIGUES; JACIRA PEREIRA RODRIGUES; ANTONIO MIGUEL MENDES; e RUI FERREIRA BRAGA, bem como eventuais sucessores deles que não tenham registrado os títulos de transferência e quaisquer interessados, para se manifestarem sobre as retificações requeridas, cuja documentação encontra-se à disposição dos interessados na Serventia, localizada na Avenida Independência, Plaza Shopping, Sala P-13, Bloco C da Quadra 01 do Setor Comercial Central, Planaltina - DF. Aqueles que se sentirem prejudicados pela averbação da retificação de matrícula poderão impugná-la no prazo de quinze dias, contado da segunda e última publicação deste EDITAL. Findo o referido prazo sem impugnações, presumir-se-á que há anuência nas retificações requeridas, nos termos do artigo 213, § 4º, da Lei 6.015/1973. Dado e passado nesta cidade de Planaltina - DF, 17 de fevereiro de 2025.

EMPREGOS

Ofertas: **892**

Lista divulgada em **20/03/2025.** Algumas das vagas podem já ter sido preenchidas antes de seu comparecimento à Agência do Trabalhador de sua cidade

OBS: Para ser encaminhado à vaga, o seu perfil profissional deverá estar compatível com os pré-requisitos exigidos pelo empregador. As vagas disponíveis possuem limite máximo de encaminhamentos para a entrevista. Quando este limite é atingido, a vaga se torna invisível aos atendimentos e novos encaminhamentos.

OCUPAÇÃO	CIDADES	QUANTIDADE	SALÁRIO	ESCOLARIDADE
AÇOUGUEIRO	VICENTE PIRES	1	R$ 2.277,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AÇOUGUEIRO	CEILÂNDIA	40	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
AÇOUGUEIRO	TAGUATINGA SUL	10	R$ 2.500,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AJUDANTE DE AÇOUGUEIRO	ZONA INSDUSTRIAL(GUARÁ)	10	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AJUDANTE DE OBRAS	LOCAL NÃO INFORMADO	10	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
ARMADOR DE ESTRUTURA DE CONCRETO	ASA SUL	50	R$ 2.400,20 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
ARMADOR DE FERROS	PLANALTINA	1	R$ 2.400,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
ATENDENTE DE LANCHONETE	ÁGUAS CLARAS	1	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
ATENDENTE DE LOJAS	LOCAL NÃO INFORMADO	30	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
ATENDENTE DE MESA	LAGO NORTE	4	R$ 1.639,18 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
ATENDENTE DE PADARIA	CEILÂNDIA	20	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
ATENDENTE DE PADARIA	CANDANGOLÂNDIA	4	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
ATENDENTE DO SETOR DE FRIOS E LATICÍNIOS	ZONA INDUSTRIAL (GUARÁ) SRIA	3	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR DE CHURRASQUEIRO	TAGUATINGA SUL	15	R$ 1.639,44 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR DE CONTABILIDADE	TAGUATINGA SUL	3	R$ 2.237,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE COSTURA	TAGUATINGA NORTE	5	R$ 1.520,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
AUXILIAR DE COZINHA	SAMAMBAIA SUL	10	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	CANDANGOLÂNDIA	4	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	TAGUATINGA SUL	15	R$ 1.639,44 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	SANTA MARIA	4	R$ 1.700,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	ÁGUAS CLARAS	5	R$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO	TAGUATINGA SUL	12	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
AUXILIAR DE LIMPEZA	SANTA MARIA	6	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR DE LIMPEZA	ASA SUL	15	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE LINHA DE PRODUÇÃO	ÁGUAS CLARAS	3	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE PADEIRO	CEILÂNDIA NORTE	25	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
BARMAM	TAGUATINGA SUL	15	R$ 1.639,44 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
BARMAM	SANTA MARIA	4	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
CAIXA DE BAR LANCHONETE E RESTAURANTE	SANTA MARIA	5	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
CARPINTEIRO	PLANALTINA	2	R$ 2.400,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
CARPINTEIRO	ASA SUL	50	R$ 2.400,20 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
CARPINTEIRO	SOL NASCENTE	5	R$ 2.285,80 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
CASEIRO	LOCAL NÃO INFORMADO	1	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
CASEIRO	ASA SUL	1	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
CHAPISTA DE LANCHONETE	RIACHO FUNDO II	3	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
CHEFE DE COZINHA	SANTA MARIA	4	R$ 2.700,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
CHURRASQUEIRO	TAGUATINGA SUL	15	R$ 1.639,44 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
CONFEITEIRO	ASA SUL	1	R$ 2.200,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
CONSULTOR DE VENDAS	VICENTE PIRES	70	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
COSTUREIRA EM GERAL	TAGUATINGA NORTE	5	R$ 1.700,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
COZINHEIRO DE RESTAURANTE	SANTA MARIA	10	R$ 2.700,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
COZINHEIRO GERAL	TAGUATINGA NORTE	2	R$ 2.500,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
ELETRICISTA DE INSTALAÇÕES	PLANALTINA	1	R$ 2.285,80 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
EMPACOTADOR A MÃO	CEILÂNDIA NORTE	10	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
EMPREGADO DOMÉSTICO NOS SERVIÇOES GERAIS	LAGO SUL	2	R$ 1.700,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
EMPREGADO DOMÉSTICO ARRUMADOR	TAGUATINGA SUL	1	R$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
ENCARREGADO DE AÇOUGUE	ZONA INDUSTRIAL (GUARÁ)	5	R$ 2.800,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
ENCARREGADO DE FRIOS	RIACHO FUNDO I	15	R$ 1.595,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
ESTOQUISTA	CEILÂNDIA NORTE	30	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
FIEL DE DEPÓSITO	TAGUATINGA SUL	10	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
FISCAL DE PREVENÇÃO DE PERDAS	SOBRADINHO	2	R$ 1.830,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
GARÇOM	SANTA MARIA	15	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
GERENTE DE RESTAURANTE	SANTA MARIA	2	R$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
LADRILHEIRO	GAMA	5	R$ 2.285,80 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
LANTERNEIRO DE AUTOMÓVEIS	CEILÂNDIA SUL	3	R$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
MECÂNICO	ASA SUL	1	R$ 2.800,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
MONITOR INFANTIL	ASA NORTE	4	R$ 2.013,35 + BENEFÍCIOS	ENS. SUPERIOR INCOMPLETO/PEDAGOGIA
MONTADOR DE ESTRUTURA DE AÇO	SANTA MARIA	2	R$ 1.573,74 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
MOTORISTA DE AUTOMÓVEIS	CEILÂNDIA	1	R$ 1.985,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
MOTORISTA DE CAMINHÃO	ÁGUAS CLARAS	4	R$ 1.790,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
OFICIAL DE MANUTENÇÃO	SANTA MARIA	2	R$ 2.285,80 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
OPERADOR DE CAIXA	CEILÂNDIA NORTE	1	R$ 1.660,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
OPERADOR DE CAIXA	SAMAMBAIA SUL	50	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
OPERADOR DE CAIXA	TAGUATINGA SUL	5	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
OPERADOR DE CAIXA	ZONA INDUSTRIAL (GUARÁ) SRIA	20	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
OPERADOR DE EMPILHADEIRA	CEILÂNDIA NORTE	20	R$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
PADEIRO	TAGUATINGA SUL	1	R$ 3.770,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
PADEIRO	ASA SUL	1	R$ 2.600,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
PADEIRO	CEILÂNDIA	20	R$ 2.200,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
PEDREIRO	GAMA	17	R$ 2.452,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
PINTOR DE VEÍCULOS	CEILÂNDIA	3	R$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
PIZZAIOLO	CEILÂNDIA	20	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
PROMOTOR DE VENDAS	RIACHO FUNDO I	2	R$ 1.664,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
PROMOTOR DE VENDAS	RIACHO FUNDO I	4	R$ 1.664,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
REPOSITOR EM SUPERMERCADOS	VICENTE PIRES	19	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
REPOSITOR EM SUPERMERCADOS	SAMAMBAIA SUL	30	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
REPOSITOR EM SUPERMERCADOS	CEILÂNDIA NORTE	25	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
REPOSITOR DE MERCADORIAS	ZONA INDUSTRIAL (GUARÁ) SRIA	12	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
REPOSITOR DE MERCADORIAS	ASA NORTE	5	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
REPRESENTANTE COMERCIAL AUTÔNOMO	ÁGUAS CLARAS	2	R$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
SALADEIRO	SANTA MARIA	2	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
SALGADEIRO	PLANALTINA	1	R$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO

A Secretaria do Estado de Trabalho do Distrito Federal também disponibiliza as vagas oferecidas nos sites www.trabalho.df.gov.br e maisemprego.mte.gov.br. Os interessados em utilizar o serviço precisa fazer um cadastro no endereço eletrônico para ter acesso às oportunidades existentes para o seu perfil. Por conta desse sistema, os postos aqui listados estão sujeitos a alterações.

Do total, 14 Agências do Trabalhador estão com atendimentos presenciais ao público. Funcionando de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 17:00h (sem interrupção). Para mais dúvidas, entre em contato pelos telefones de atendimento ao público **(61) 3773-9482** / **(61) 3773-9484.**

MarceloChaves

@colunamarcelochaves
@marcelochavess
@marcelochaves
marcelochaves@grupojbr.com



FOTOS: CÉSAR REBOUÇAS

Arquitetura do sono

O Casapark Prime Talks, do Shopping Casapark, e a Atlas Colchões realizaram o esperado talk *A arquitetura do sono - ambiente e arquitetura que favorecem a qualidade do sono*. O evento contou com a participação de importantes palestrantes, como Denise Zuba, empresária e designer, Cristiane Coelho, CEO Atlas Colchões, além de profissionais da saúde e especialistas em sono, como o ortodontista Jorge Faber, a otorrinolaringologista Aliciane Motta e a psicóloga do sono Danuska Tokarski.

O evento, realizado no cinema do Casapark seguido de brunch na Atlas Colchões, fez parte da Semana do Sono, que é um evento anual realizado em todo o Brasil, organizado pela Associação Brasileira do Sono (AB Sono). O objetivo foi fornecer à população informações qualificadas sobre o sono, destacando sua importância para a qualidade de vida. Em 2025, a Semana do Sono ocorre de 14 a 20 de março, com o slogan: "Faça da saúde do sono uma prioridade". O o encontro foi muito prestigiado.

O Casapark Prime Talks, promovido pelo Shopping Casapark, tem por objetivo oferecer a arquitetos e designers de interiores informações relevantes para auxiliar nas tomadas de decisões na hora de escolher móveis e complementos para seus projetos residenciais ou corporativos. Carol Valença, gerente de marketing do Casapark, celebrou a retomada da programação do Casapark Prime Talks e também comemorou o sucesso desta edição com a presença de empresários e arquitetos.

"Estamos muito felizes com a programação deste ano. Começamos com um tema essencial para o bem-estar das pessoas, o sono de qualidade, com informações preciosas oferecidas pelos especialistas que participaram do talk", afirmou a gerente. O próximo Casapark Prime Talks acontecerá no dia 25, às 10h, com o arquiteto Greg Bousquet, do Architects Office (AO), uma agência de arquitetura, urbanismo e interiores que opera a partir do Brasil, reunindo arquitetos em Portugal, Espanha e Itália.



Carol Valença, Cristiane Coelho e Denise Zuba no encontro que movimentou o Casapark



Empresário Higino França



Jorge Faber e Jaqueline Mesquita



Arquiteta Maria Paula Leite



Igor e Sil Bueno com Sandra Brito



Cristiane Coelho e Ivana Valença



Laura, Mariana e Eliene Lucindo

Caríssimo

A água mais cara de Brasília. É o que um casal morador do Lago Sul se queixou ao pagar mais de R$ 600 em água mineral normal em um restaurante na 308 Sul. Cada garrafa custando mais de R$ 100. De acordo com os mesmos, eles se espantaram ao chegar a conta. Questionaram o valor, pagaram e saíram p...

Expansão...

Uma boa notícia. O Ministério das Comunicações e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pretendem aumentar em até 75% o orçamento para a expansão de internet no Brasil. Os recursos vindos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações serão...

...da Internet

...destinados para provedores de micro, pequeno e médio porte e vão passar de 200 para R$ 350 milhões. Com isso, a expectativa é que haja a criação de duas novas modalidades dentro do programa BNDES Fust. Além do Fust Equipamentos, haverá também o Crédito Conectividade e Emergencial.

Leitura

A livraria Sebinho, em Brasília, será palco dia 22, do lançamento do livro "Felizes On-line e Off-line", do escritor Luis Antonio Violin, publicado pela Colli Books. A obra infanto-juvenil traz uma reflexão sobre o uso equilibrado da tecnologia, abordando, de forma educativa, o impacto dos celulares na vida das crianças e suas famílias.

Apresentação

Muito Rock'n roll em meio a muita diversão no Bali Park. Nos dias 22 e 23, a banda Venosa se apresenta no complexo, das 13h às 15h, na estreia do Bali Rock Fest. A programação musical traz dois dias em que o público poderá curtir as atrações exclusivas do parque aquático ao som de um show exclusivo de rock ao vivo.